



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

**TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA-
PLANO PLURIANUAL-2014-2017**

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 04 DE NOVEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Na qualidade de Presidente da douta Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da vigésima audiência pública de 2013, sendo a quarta sobre o Projeto de Lei 694/13, Plano Plurianual 2014-2017, e sobre o Projeto de Lei 695/13, Orçamento 2014.

Esta é uma reunião temática na qual iremos analisar a questão da Secretaria da Educação. Recebemos um ofício do Sr. Secretário Cesar Callegari.

- É lido o seguinte: (Ofício enviado pelo Sr. Secretário Municipal de Educação Cesar Callegari).

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Caberá ao nosso Relator tomar as providências.

Para discutir, foram convidados: a da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, o Fundo de Assistência Social, o Fundo da Criança e do Adolescente, a Secretaria da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria de Promoção e Igualdade Racial, a Secretaria de Política para as Mulheres, a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, a Fundação Teatro Municipal de São Paulo, o Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico, o Fundo Especial de Promoção e Atividade Cultura, o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano, a Secretaria de Esportes e Lazer, o Fundo de Esportes, Lazer e Recreação.

A Secretaria de Cultura não está presente e não mandou representantes.

Até agora só recebi ofício do Sr. Secretário de Educação dizendo que está impossibilitado de comparecer. Os demais Srs. Secretários, fora o Sr. Secretário Eliseu Gabriel, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, o Sr. Secretário Celso Jatene, da Secretaria de Esportes, e o Sr. Secretário Juca Ferreira, da Secretaria de Cultura, se pronunciam a respeito? (Pausa)

Há algum representante das Secretarias mencionadas? (Pausa) Sim, da Fundação Teatro Municipal.

Com três Srs. Secretários presentes, vamos dar início ao debate. Primeiramente, passo a palavra, por ordem de chegada, ao Sr. Secretário de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, Sr. Eliseu Gabriel, para falar do orçamento de sua Secretaria.

O SR. ELISEU GABRIEL – Boa tarde. Na figura do seu Presidente, saúdo os demais membros da Comissão de Finanças e Orçamento. Saúdo também o Srs. Secretários Juca Ferreira e Celso Jatene, e o Sr. Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Sr. José Alexandre Sanches.

Muito rapidamente, vou dizer algumas coisas sobre a Secretaria, que está incorporando uma série de novas atribuições em função das demandas do Governo Fernando Haddad. Estamos, por exemplo, implantando a Agência São Paulo de Desenvolvimento, que vai ter uma unidade em cada subprefeitura; inclusive todas as reformas já estão sendo feitas. Foi aprovada nesta Casa como um serviço social autônomo e já tem uma série de demandas.

Também dentro da linha da agenda do programa de governo, estamos ampliando os CAT – Centro de Apoio ao Trabalho, com quatro novas unidades já criadas este ano e com previsão, do fim deste ano até o ano que vem, mais 16 unidades.

Também estamos ampliando os nossos projetos de empreendedorismo, principalmente a Fábrica Verde; o São Paulo Criativa, um projeto relacionado à economia criativa; o Costurando o Futuro, que tem obtido um sucesso enorme; e os pontos de capacitação profissional.

Esses são os quatro principais projetos de empreendedorismo que estamos desenvolvendo, além dos que estão em andamento na Secretaria.

Em função disso, existe uma demanda de recursos maior do que se previa em relação ao ano passado. Essas questões estão sendo equacionadas e seria muito interessante que a Comissão que trata do orçamento tivesse bastante informação para que possamos equacionar todas essas novas demandas da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo.

Vou passar a palavra para o Sr. José Alexandre Sanches, Secretário Adjunto da Secretaria, para que S.Exa. nos forneça mais detalhes.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE SANCHES – Boa tarde a todos os senhores. Na pessoa do Sr. Presidente desta reunião, Vereador Roberto Tripoli, cumprimento os demais membros. Apenas complementando algumas informações do Sr. Secretário Eliseu Gabriel, a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo vem ganhando, ao longo dos últimos anos, um novo formato. Originalmente uma Secretaria do Trabalho, a qual se dedicava

a uma atividade importante que é a intermediação de mão de obra e projetos de capacitação, ela se transformou na Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, ganhando competências importantes para auxiliar o Município de São Paulo no seu desenvolvimento, principalmente o social.

Como executamos em 2013 o orçamento aprovado pelos Srs. Vereadores em 2012, não conseguimos ainda alinhar o orçamento da Secretaria às prioridades da Administração do Prefeito Fernando Haddad.

É essa oportunidade que estamos tendo agora, inclusive com aporte de recursos não só do Tesouro Municipal, da chamada Fonte 00, recursos recolhidos pelos contribuintes, como também indo buscar recursos do Governo do Estado, como no caso do Parque Tecnológico da Zona Leste, e do Governo Federal, no caso da operação de convênio para prestar serviço do Ministério do Trabalho no Município de São Paulo.

É muito importante a compatibilização do orçamento com esses projetos, pois eles terão um impacto grande na qualidade de vida das pessoas, principalmente na dos trabalhadores e moradores das franjas da cidade de São Paulo, seja por meio de capacitação, de implementação de projetos de empreendedorismo, de implementação de incubadoras de empresas e mesmo de um parque tecnológico.

O que estamos pedindo aos Srs. Vereadores desta Comissão é que nos ajude a dar esse formato final ao nosso orçamento, mesmo porque nós conseguimos algumas informações após a vinda do PL 695/13 para a Câmara Municipal. Refiro-me principalmente ao convênio com o Ministério do Trabalho, com recursos do Governo Federal, que provavelmente será ampliado para que a Secretaria possa executar um trabalho mais amplo e de melhor qualidade.

Como disse o Secretário, também implantamos uma agência de desenvolvimento, a ADE Sampa, um serviço social autônomo, autorizado pela Câmara Municipal, que será implementado de uma forma descentralizada em todas as 32 subprefeituras do Município de

São Paulo. Por se tratar de um projeto novo, pois é uma agência que está sendo implantada agora, vamos necessitar de recursos para sua manutenção ao longo do ano de 2014 e dos anos subsequentes por meio do Plano Plurianual.

Então, meus senhores, eram exatamente essas as informações que desejava lhes prestar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Passo a palavra ao Sr. Celso Jatene, Secretário Municipal de Esportes.

O SR. CELSO JATENE – Sr. Presidente, na figura do Presidente desta Comissão, Vereador Roberto Tripoli, cumprimento o Relator, Vereador Paulo Fiorilo e os meus amigos Secretários.

Vou subdividir a previsão de orçamento da Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação para o ano que vem. A previsão geral é de R\$ 498.347.947,00. Desse total, R\$ 280.870.000,00 seriam capitados no Ministério dos Esportes.

Os números não são exatos em relação aos orçamentos que fizemos, mas é uma sinalização para a construção dos cinco centros de iniciação esportiva, um projeto do próprio Ministério que deve ser anunciado. Serão 290 centros no Brasil inteiro; cinco deles em São Paulo.

Haverá também a construção, ampliação e modernização dos centros olímpicos, incluindo a reforma do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa e de mais quatro equipamentos, um na zona Leste, um na zona Sul, um na zona Oeste e um na zona Norte, que vão formar a chamada rede olímpica. Esses quatro centros esportivos serão transformados em centros olímpicos de iniciação e desenvolvimento.

Então, existe uma expectativa de recursos federais em torno de R\$ 280.870.000,00. O nosso orçamento, recursos municipais, somam R\$ 217.475.947,00. Desse total, 68 milhões, R\$ 509.983,00 serão usados para a administração; 4,5 milhões de reais para a manutenção de sistemas de informação e comunicação; R\$ 4.960.000,00 para reformas de equipamentos

esportivos; R\$ 6.315.964,00 para promoções de atividades esportivas, recreativas e de lazer 24 horas; 72 milhões para operação e manutenção de equipamentos esportivos, que é o monitoramento de piscinas, limpeza, concessionárias de luz e água, vigilância e manutenção de áreas verdes, R\$ 45.500.000,00 ao incentivo à prática de esportes, Clube Escola, o maior programa da Secretaria, e mais convênios como Taça São Paulo, material esportivo, Associação Desportiva Centro Olímpico, brinquedotecas, programas de terceira idade, Virada Cultural, atividades em parques, ciclofaixas, Copa São Paulo Juniores e ações para pessoas com necessidades especiais. Para eventos de esportes, lazer e recreação, que são os convênios com as ONGs, R\$ 15.690.000,00.

Quero fazer um comparativo rápido. Em 2012, o orçamento da Secretaria foi de R\$ 258.708.108,59. Recursos federais, zero. Em 2013, R\$ 206.168.180,19. Recursos federais, zero por enquanto, mas pode ser que ainda este ano cheguem recursos para os centros de iniciação esportiva e para a reforma dos centros esportivos para formar a rede olímpica. Temos essa expectativa ainda para o mês de novembro.

Para o ano que vem, o orçamento é de R\$ 217.475.947,00, e a expectativa de recursos federais é de R\$ 280.870.000,00. Portanto, a expectativa que temos de recursos federais é maior do que o próprio orçamento do Município.

Traço agora um quadro comparativo para a Comissão. Do total de recursos da Secretaria, a administração da unidade consumiu neste ano, ou seja, a previsão para o ano de 2014: administração da unidade, 68,5 milhões. Vou falar os números mais redondos para ser breve, porque há vários colegas de outras Secretarias que ainda falarão. Informática, 4,5 milhões. Reforma de equipamentos esportivos, 4 milhões, 960 mil. Promoção de atividades esportivas 24 horas, pouco mais de 6,3 milhões. Operação e manutenção de equipamentos esportivos, 72 milhões. Incentivo à prática de esportes, 45,5 milhões.

Depois deixarei esses quadros com o relator e com o Presidente.

Para elucidar, em 2012, o custeio foi quase 197 milhões. Em 2013, pouco mais de

146 milhões. Em 2014, a previsão é quase 149 milhões.

Percentualmente, apresento um quadro comparativo de 2013 com 2014. Em 2013, obras, 7,5% do orçamento; administração da unidade, 29%, e custeio, 63,5%. Para 2014, obras, 2,2%. O que pode engordar isso, repito – e não estou fazendo campanha com os Vereadores presentes, mas é uma realidade -, são as emendas parlamentares. A previsão para obras é de somente 2,2%. Para a administração da unidade, 31,5%, e para custeio, 66,3%.

Quero fazer um relato em relação a emendas parlamentares sobre obras. Em 2012, o orçamento da Secretaria contribuiu com R\$5.485.869,16 para as obras que a Secretaria realizou. As emendas parlamentares contribuíram com R\$49.925.269,24. Em 2013, o orçamento da Secretaria contribuiu com R\$15.350,00 para as obras, e as emendas, com R\$13.628.935,66. A previsão para 2014 no orçamento da Secretaria é R\$4.960,00, e temos expectativa de que as emendas ampliem bastante esse número.

Cabe citar também o Fundo de Esportes, Lazer e Recreação, que também faz parte da pauta, que neste ano somou pouco mais de 13 milhões de reais, dos quais quase 7 milhões foram usados para essas obras citadas. Ainda existe um valor de cerca de 6 milhões de reais no Fundo, cujo maior contribuinte é o Estádio do Pacaembu. São todos os preços públicos que cobramos, mas quem contribui mais é o Estádio do Pacaembu para esse Fundo que é fruto de lei aprovada por esta Casa e proposta pelo Vereador e hoje Deputado Vicente Cândido.

Citarei quero citar os programas e passar-lhes uma rápida explicação sobre as emendas.

A Virada Esportiva consumiu neste ano 5,5 milhões; o Circuito Popular de Corrida de Rua, 1,9 milhão de reais; os programas para a terceira idade, 300 mil reais; brinquedoteca, 120 mil reais; os clubes desportivos, 360 mil reais; as atividades físicas e os programas afro, 350 mil reais; a Copa São Paulo de Futebol Juniores, 320 mil reais; os programas para pessoas com deficiência, 120 mil reais; o Revirando a Virada, R\$6.315.964,00 – previsão para 2014 -; e o Clube Escola, que ainda é o maior programa da Secretaria, R\$19.800,00.

Para finalizar, irei mencionar – e deixarei com o Presidente e com o relator – os dados das emendas parlamentares. Tivemos, neste ano, R\$13.628.935,66 de emendas para obras e R\$11.115.876,60 de emendas de eventos esportivas, totalizando R\$24.744.812,26 só de emendas parlamentares.

Agradeço por esta oportunidade e coloco-me à disposição para elucidar algumas dúvidas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Anuncio que se encontra entre nós a Secretária Luciana Temer, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Bem-vinda a esta Casa. Temos, presentes, o Sr. Felipe Teixeira, de Sempla; a Sra. Ana Flávia Cabral, da Fundação do Teatro Municipal; a Sra. Adriana Palheta, da Secretaria de Promoção e Igualdade Racial; a Sra. Renata de Salles Pistelli, da Funtec; e a Sra. Larissa Beltramim, Secretária-Adjunta da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Ouviremos as pessoas inscritas, que têm questões sobre as Secretarias aqui representadas. Lembro que falaremos, num primeiro momento, falaremos sobre as pastas de educação e trabalho.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, nobre Vereador Roberto Tripoli, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. Boa tarde a todos e a todas; boa tarde, nobre Vereador Paulo Fiorilo, Vereador Jair Tatto, Secretária Luciana Temer, Secretário Juca Ferreira, Secretário e Vereador Eliseu Gabriel, Secretário e Vereador Celso Jatene, demais assessores, funcionários e população presente.

Começarei com a Secretaria do Trabalho. Observou-se uma queda no orçamento da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo. Para 2013, o orçamento aprovado nesta Casa – e V.Exa. era Vereador até essa época – foi de 105,9 milhões. Para 2014, prevê-se um total de 91 milhões. Por que essa queda de 15 milhões em uma Secretaria tão importante quanto a

Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo?

Em relação a 2013, cito o programa Operação Trabalho, que consta no orçamento da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Empreendedorismo. Esse programa não consta do orçamento de 2014. Gostaria de saber onde foi parar esse programa, uma vez que existe uma lei que o rege.

Questão do Bolsa Trabalho. O Bolsa Trabalho se mantém na sua Secretaria, só que a dotação caiu: 5 milhões em 2013, para 2014 a previsão é de 4 milhões, se não me engano.

Também se observa uma coisa que se repete da gestão Kassab, lamentavelmente, a verba sendo retirada dessa dotação importante. Será que o Bolsa Trabalho vai acabar na Cidade? É uma coisa muito triste porque esse é um programa criado em 2001, na gestão da Prefeita Marta Suplicy, e esse programa, a cada ano, vai sendo desaparecido do Orçamento, haja vista que no dia 26 de outubro e no dia 2 de novembro, há poucos dias, houve um decreto que tira verba do Bolsa Trabalho, 1,1 milhão, e coloca em setores como Informatização, Centro de Apoio aos CATs, na Secretaria do Trabalho.

Portanto, não é prioridade mais o Bolsa Trabalho. Isso é uma coisa absurda! A Lei 13.841/04 está sendo desrespeitada. Então, a gente queria saber o que está acontecendo com outros programas.

E também o Programa Projovem. No Programa Projovem não estamos observando mais nem assistência social, nem trabalho. Então, gostaria de saber o que aconteceu com esse programa federal Projovem.

Também gostaria de saber a respeito da Ciência Tecnológica de Itaquera, endereço, mais detalhamento desse programa até porque é uma demanda importante que a gestão anterior não entregou e que agora vamos continuar acompanhando.

Secretaria do Esporte, Secretário Vereador Celso Jatene. Primeiro é importante lembrar que ontem completou 60 anos de uma lei bastante importante, Lei 4.422/53,

absolutamente em vigor, e que cria a galeria de honra do esporte no Estádio do Pacaembu.

É incrível como uma Cidade tão importante para o esporte brasileiro e mundial não valoriza os seus heróis! Ou seja, até porque agora existe o Museu do Futebol, é importante colocar essa lei em vigor, de uma galeria honrosa aos esportistas brasileiros, principalmente os oriundos da cidade de São Paulo. E, também, a Copa do Mundo vem aí, Olimpíadas, é importante colocar essa lei em pleno vigor, inclusive no que tange ao seu orçamento.

Em relação ao esporte, solicitamos também um detalhamento da questão dos centros de iniciação esportiva. Parece que na zona Leste foram contemplados São Mateus e Vila Prudente, segundo o PPA. Qual foi esse critério? Por que outras regiões, como Itaquera, importantes não foram contempladas. E observamos também pelo PPA, que no quesito Reforma de Equipamentos Esportivos, não há um centavo nem para São Miguel, nem para Itaquera, regiões bastante importantes para a cidade de São Paulo. Nos 5 milhões e 300, só constam Vila Mariana, Jabaquara, M'Boi Mirim, Lapa e Freguesia do Ó.

Então, gostaria de saber qual foi o critério de dimensão dessa dotação.

Por fim, solicito, dentro ainda do Orçamento 2013, a questão da obra que está no Orçamento, Centro Olímpico da Cidade Tiradentes. Será entregue? Há uma verba de 500 mil reais para este ano e a execução orçamentária até agosto: zero.

Também, a questão dos centros olímpicos regionais para este ano: 1,6 milhão, execução zero.

E a questão das piscinas. Reforma das piscinas dos equipamentos esportivos. Havia 5 milhões no Orçamento aprovado em dezembro do ano passado. Foram executados 14 mil reais. Quer dizer, uma situação ínfima!

Portanto, solicitamos o que está acontecendo com a verba de investimentos na área da Secretaria do Esporte, que é uma área bastante importante e muito mal gerida na gestão passada, Serra/Kassab, a exemplo do Trabalho.

Esperamos que a gente mude, na gestão Haddad, essa realidade.

Dessas duas Secretarias, por enquanto, é só.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Nós que agradecemos a participação, mais uma vez, do Sr. Fábio.

Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde a todos.

Mais uma vez estou aqui. Como sempre, defendo o que eu faço parte. Sou do grande Conselho do Idoso.

É estarrecedor. Seria cômico se não fosse tanta tragédia, porque o Conjunto Habitacional Águia de Haia, Cidade A.E. Carvalho, a nossa região, pergunto: por que será que vocês não enxergam o setor?

Tá certo. Só veem o Itaquerao, que é bom para os olhos de todos. Só que, até hoje, a nossa região tem 25 anos, uma população monstruosa. Temo, sim, córrego, morro, favela, tudo que é bom e maravilhoso. Tem a Campanela, a Avenida Águia de Haia, Imperador e, infelizmente, mas amo de paixão, o Caldeirão do Diabo, que é o foco dentro, que nada temos. Não temos área de lazer, não temos esporte, não temos cultura.

Celso Jatene, eu te conheço muito bem e você sabe o que é o Conjunto Habitacional Águia de Haia e, aí, eu pergunto: por que você nunca olha para lá? E não é de hoje.

Onde será essa reforma? Essas construções? E o idoso, onde está? Será que ele é transparente, ninguém enxerga? E o nosso trabalho, a nossa dedicação, nosso desenvolvimento? Porque o idoso tem bagagem e muita! Nós somos o passado e o presente. E esse presente, lutamos para ter esperança as nossas crianças do futuro, porque temos 12% de criança especial; temos 40% de idosos e tem um terreno lá, no Conjunto Habitacional Águia de Haia, que tem 25 anos. Quer dizer que não temos direito? As nossas crianças não têm direito? Só têm direito à cracolândia? É desfalque em tudo.

Quer dizer, vocês não se esqueçam que nós criamos os monstros. Esses monstros que vocês têm até medo de sair de casa, porque, quem não tem o que fazer... A cabeça vazia é oficina do diabo. Lá fora tem muito querendo resgatar, e é obrigação de todos.

Olhem o Orçamento. Desde 2001 que eu acompanho e tem condições de fazer alguma coisa. Quando sair a Copa, o Itaquerão, vão embora e a população continua.

É obrigação de todos. Os filhos de vocês têm as coisas. Os filhos da periferia nada têm. Nem ensino fundamental, não tem EMEI, não tem EMEF, não tem nada. Tem sim um CAPS que querem tirar. E aí? Será que a população merece isso?

É obrigação. Não estou pedindo favor. É obrigação de todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradecemos a participação de Maria do Socorro.

Tem a palavra o Sr. Eliseu Gabriel, Secretário.

O SR. ELISEU GABRIEL – Vou responder ao Fábio e a Sra. Maria do Socorro.

Primeiramente, essa diferença de 105 para 91 deverá ser suprida pela fonte 02, do Ministério do Trabalho. Estamos fazendo negociação para ampliar nossos convênios com o Ministério do Trabalho, que são verbas federais, e vamos ultrapassar os 105 milhões.

O Programa Operação Trabalho, o POT, e a Bolsa Trabalho estão sendo gradativamente substituídos pelo Pronatec, Programa Nacional do Ensino Técnico.

O Pronatec é muito mais ágil e são cursos de boa qualidade dado pelo sistema AS em convênio com a nossa secretaria e o Ministério do Trabalho. Então, muitas das operações que fazíamos com algumas entidades estão sendo substituídas pelo Pronatec.

Não é um centro tecnológico de Itaquera, é o Parque Tecnológico de Itaquera. Ele está na nossa secretaria e este ano nós já conseguimos recursos para fazer o projeto arquitetônico. Então, o projeto arquitetônico já está sendo feito e está praticamente concluído. A partir daí, vamos tratar da realização da obra. Vai ter verba do Governo do Estado e do Governo Federal.

O ponto mais difícil que estamos trabalhando é a organização da unidade gestora do Parque Tecnológico. Há um esforço jurídico grande para que seja uma entidade que tenha condições de levar adiante o Parque Tecnológico.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o nobre Vereador e Secretário de Esportes, Celso Jatene.

O SR. CELSO JATENE – Quero combinar tanto com o Fábio quanto com a Dona Maria do Socorro se vocês precisarem de detalhes de números sobre as indagações que vocês fizeram, podem perguntar por escrito e eu responderei a vocês por escrito porque não quero cometer a leviandade de dar o número errado.

A galeria de honra, passaram-se 60 anos e ninguém fez nada. Não me cobrem em 10 meses, mas eu vou atrás dessa lei e vamos ver o que podemos fazer para sincronizar a galeria de honra com o Museu do Futebol. Para o Pacaembu só é melhor.

Esclareço que o Centro de Iniciação Esportiva é um programa do Governo Federal. Como disse, serão anunciados 96 Centros de Iniciação Esportiva no País. São Paulo terá direito a cinco.

A primeira relação que mandamos foi Vila Prudente. Não foi São Mateus. São Mateus está em compasso de espera caso não dê certo em Vila Prudente. A relação foi: Vila Prudente; Cidade Tiradentes; Boi Malhado, na zona Norte; Jaguaré; e Campo Limpo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CELSO JATENE – Itaquera não precisa porque...

A senhora sabe o que é o Centro de Iniciação Esportiva? É só um ginásio. Só o nosso equipamento no Parque do Carmo tem ginásio, campo e um monte de coisa. Vai ter CEU também.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CELSO JATENE – Tem mais coisa lá.

As reformas que o Fábio falou que estão faltando, São Miguel e Itaquera, têm reforma agora. Faz parte do plano de 2013.

Sra. Maria do Socorro, em relação ao Itaquerão, o que a Secretaria de Esportes está cuidando com bastante cuidado é da contrapartida que o Corinthians tem de fazer ainda neste ano.

Uma das propostas que fizemos foi a recuperação de nove CDCs no entorno do Itaquerão. A senhora veja que há muitos equipamentos esportivos em Itaquera. São nove CDCs.

Em um entendimento feito com o Corinthians porque tinha um compromisso de uma creche e o Ministério Público está acompanhando isso, o Corinthians irá recuperar quatro CDCs no entorno do Itaquerão. Então, vai ter recuperação lá também.

Em relação ao idoso, a frequência dos idosos em nossos centros esportivos chega a 70%. É a maior frequência que tem nos nossos equipamentos. Estamos trazendo de Brasília um programa novo relacionado ao idoso. Isso irá ampliar o programa.

Estamos multiplicando o Programa Vem Dançar, um dos programas que temos para idosos, para vários centros esportivos. Quer dizer, vai aumentar muito mais o atendimento ao idoso.

Em relação à criança, quando houver a audiência pública da Educação, a senhora vai acompanhar. O que posso citar e acho que é uma grande contribuição é que os primeiros dez CEUs construídos neste governo serão todos dentro de equipamentos esportivos. Essa é uma excelente contribuição tanto para as crianças da nossa Cidade quanto para os equipamentos esportivos que trarão as crianças cada vez mais para dentro com a construção dos CEUs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradeço a participação dos Srs.

Secretários Eliseu Gabriel e Celso Jatene.

Só tinham essas duas pessoas para falar desse tema. O próximo tema é sobre Cultura. A maioria dos inscritos quer saber sobre Cultura.

O Juca que é meu amigo de muitos anos de longas lutas partidárias e políticas do Rio de Janeiro, muito bem-vindo à Câmara Municipal, gostaria que o senhor se pronunciasse um pouco a respeito do Orçamento da Cultura. A cultura em nível do Parlamento está longe. Eu que estou aqui há muitos anos, sinto falta do movimento cultural aqui, mesmo para reivindicação em relação ao Orçamento. Recebi alguns grupos e vou procurar dentro do possível, com emenda Parlamentar, e com o nosso relator Paulo Fiorilo colaborar um pouco mais. Achamos que está faltando dinheiro para a cultura. Tem a palavra o ex-Secretário e ex-Ministro Juca Ferreira.

O SR. JUCA FERREIRA – Boa tarde a todos. Saúdo a todos. Em muitos países esse é o momento mais importante da política quando começa a se definir o Orçamento, por motivos óbvios, que você define a realidade de todas as palavras que são formuladas e ditas. Estamos num momento importante e vou procurar fazer uma intervenção contextualizando e dando os números e evidentemente, a intervenção das pessoas presentes que são muitas ligadas à cultura. Vi que a maioria são pessoas interessadas no tema e evidentemente que a partir daí podemos ter um esclarecimento mais detalhado.

Estruturalmente no Brasil o Orçamento da cultura sempre é problemático, com a redemocratização a cultura foi ganhando força, mas essa força, essa importância social, essa demanda e necessidade de ampliação das políticas culturais não é acompanhada automaticamente pelos Orçamentos, então, os Orçamentos estruturais da cultura e todo o Brasil, sejam federais, estaduais, ou os municipais, sempre ou quase sempre com honrosas exceções estão aquém das necessidades que são formuladas pela sociedade, pela área cultural e pelo conjunto dos que fazem e que dão o tom da sociedade. Esse caráter defasado vem crescendo, ganhando importância. No governo Federal de 2003 a 2010 demos um

exemplo da necessidade de ampliação do Orçamento, acompanhando a ampliação das políticas e da sua qualificação.

Não basta pensarmos apenas em quantidade, é preciso qualificar as ações isso é que é importante porque muitas vezes a questão cultural não se reflete no Orçamento, que é central e a qualificação das políticas culturais é importante.

São Paulo é muito rica culturalmente, com a vida cultural em praticamente todo o território. Até ousar dizer com uma periferia extremamente criativa e com uma presença cultural na cidade muito grande, nem sempre visível. Pelo próprio processo de desigualdade da nossa Cidade e da nossa sociedade.

A estrutura pública é muito concentrada, isso já é uma tarefa importante: ampliar o atendimento para toda a Cidade. Se você olhar os equipamentos, sejam bibliotecas, ou centros culturais, há uma concentração excessiva com algumas manchas para além dessa concentração em bairros de classe média e no chamado Centro expandido.

Se pensarmos em cultura de forma séria, teremos que pensar inevitavelmente em ampliação da estrutura cultural da cidade para que possa atender a todo o território e a todas as populações sem nenhuma discriminação.

Encontrei uma Secretaria com mais de 100 equipamentos, mas sem uma estrutura de políticas culturais, então, as ações ficam muito aquém das necessidades da população. Temos mais de 50 bibliotecas no Município, sob a gestão da Secretaria e essas bibliotecas quase não dialogam entre si e não desenvolvem um trabalho de estímulo à leitura e de aproximar a população do livro. A gravidade disso na cidade, é um dado oficial, fiquei com medo de dar esse dado, mas é verdade: existem cinco milhões de analfabetos funcionais em São Paulo. Ou seja, pessoas que leem e não compreendem completamente o que leem. É estratégica uma política de leitura, que a Secretaria seja capaz de dinamizar todas as forças da sociedade para que de fato não só a gente disponibilize a possibilidade de leitura, mas estimule a leitura e faça com que as pessoas tenham possibilidade de melhorar seu padrão cultural e

tenham condições de se qualificarem.

Os equipamentos precisam ser visitados por políticas culturais, setoriais, territoriais, temáticas. Há uma necessidade e complexidade na gestão. Estamos fazendo uma mudança significativa na Secretaria e terá que ter impactos na sua estrutura, no orçamento.

Muitas vezes faltam as condições necessárias para isso. Teremos de construir alguns equipamentos, ampliando a rede, possibilitando o atendimento de populações que não são atendidas. É preciso estimular o protagonismo cultural da sociedade sem cooptação, sem barganha. Disponibilizar pontos de cultura, bolsas. A política de fomento tem a perspectiva de permitir que a sociedade seja protagonista do processo cultural da Cidade.

Não posso questionar o Orçamento, mas posso esclarecer o trabalho que foi feito para a qualificação. Pretendemos reunir todas as ações em relação a periferia da cidade num grande programa e todas as ações terão um rebatimento no sentido de democratização e expansão dos benefícios de cada uma dessas ações, chegando a todas as áreas do município.

A leitura da democratização passa pela modificação nos parâmetros no financiamento e no processo de desenvolvimento dessas políticas.

Todas as políticas terão um rebatimento democratizante, em sua aplicação. O próprio Prefeito se comprometeu em construir dois grandes centros culturais na cidade. Um na zona Leste outro na zona Sul. Isso está em processo, está em processo, estamos localizando os terrenos e fruto desse processo de dialogo com cidade nós já localizamos alguns bairros, algumas áreas da cidade que não tem acesso a nenhum equipamento público municipal e que, portanto se torna necessário a construção de equipamentos mais leves que os Centros Culturais, tipo Casa de Cultura, tive recentemente em São Mateus, já estive em outros bairros também onde localizamos à necessidade e a possibilidade de construção de equipamentos. Essa qualificação da política cultural do Município tem implicações orçamentárias obvias que não preciso nem dizer, porque não há possibilidade de implementar uma política de democratização, de ampliação territorial e social, de colocar benefícios e serviços culturais ao

acesso de todos, se isso não for acompanhado da possibilidade de oferecer esses serviços e disponibilizar alguns equipamentos para que a sociedade tenha possibilidade de acesso pleno a cultura. O nosso orçamento mesmo, com todas as restrições, orçamentárias desse ano que deve estar se refletindo aqui nessas conversas tivemos um aumento em relação a fonte 001,23% comparado com 2013, em relação ao orçamento geral considerando outras fontes, 1,24%. Procuramos distribuir esse orçamento para contar do conjunto das ações. Eu trabalho com uma ideia, que é imprudente, não é ou isso ou aquilo, mas a responsabilidade com o conjunto das políticas, linguagens, com todas as dimensões do território, com as áreas da cultura, seria um equívoco colocar ou isso ou aquilo, estamos trabalhando com o conjunto procurando distribuir, seja área de memória, de produção e desenvolvimento cultural, seja na área das linguagens artísticas, seja na área da produção popular, então procuramos distribuir esses recursos e estamos construindo em diálogo com diversos setores as políticas culturais. Já saímos com o esboço da política cultural para o cinema e para o audiovisual, em relação ao teatro já demos duas voltas, já tem uma proposta da Secretaria que vamos retomar o diálogo com o teatro, não sei se está marcado, acredito que sim. Mas de qualquer jeito, está marcado para os próximos dias para que apresentemos uma proposta resultado do que veio da área. Estamos conversando com dança também. Precisamos abrir com a área de música, área mais complexa e mais dispersa, mas vamos abrir também, e setorialmente, por meio desses encontros que temos feito em várias áreas da cidade, estamos constituindo um pouco o perfil da demanda. Pretendo que até a metade do próximo ano a Secretaria, tenha de fato – não temos hoje – uma capacidade de planejamento, gel referenciada, com capacidade de fazer leitura do território com suas populações, suas demandas, seus grupos culturais e em cima disso vamos incrementando as políticas culturais de uma maneira muito mais próxima com uma capacidade, muito maior de atender as demandas. É isso. Estou aberto aqui a todas as questões que forem levantadas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Chamo para fazer parte da mesa, Sra.

Adriana Palheta, chefe de gabinete da Secretaria de Promoção, de Igualdade Racial.

Passo a presidência dos trabalhos ao relator, nobre Vereador Paulo Fiorilo e chamar para se pronunciar Luiz Otavio de Alencar Miranda.

- Assume a presidência o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. OTÁVIO DE ALENCAR MIRANDA – Boa tarde a todos. Sou coordenador pedagógico do Centro de Formação de Artesãos de Parelheiros, Centro de Formação de Artesãos da Subprefeitura de Parelheiros, integro o Projeto Arte Nascente de formação de artesãos, é o gestor das atividades qualificação profissional do Centro de Formação de Artesãos. Falei na audiência pública regional, da Subprefeitura da Capela do Socorro, Cidade Ademar, Santo Amaro, mas peço licença também para falar aqui nessa audiência. Fazendo um pouco histórico o que é o Centro de Formação de Artesãos, desde 2009, quando iniciamos as atividades educacionais, mais de 800 jovens e adultos estudaram no centro de formação de artesãos e 500 foram certificados. Cerca de 15 empreendimentos foram criados e cada um empregando em torno de três pessoas. A Subprefeitura de Parelheiros e o Itaesp fizeram isso sozinho e depois, explico as questões das parcerias, imaginem se estivéssemos mais companhia nesse trabalho lá, no extremo da zona Sul de São Paulo. Também tem uma parceria com o Museu da Cidade de São Paulo, nas restauração de imóveis onde o Centro de formação tem um curso de restauração de imóveis e patrimônio em madeira. Também tem uma parceria com a Subprefeitura de Parelheiros. Estou aqui acima de tudo como cidadão dessa imensa cidade, minha fala nessa audiência, será a de muitos habitantes da região de Parelheiros Marsilac que historicamente recebe menos recursos. Comparando a divisão dos recursos recebidos os distritos de Parelheiros de Marsilac, são praticamente esquecidos. Vou centralizar minha fala em um ponto, a questão da qualificação específica para a região de Parelheiros e depois a questão da mobilidade que será facilitada por questão dos cursos específicos e depois falar um pouco da questão da descentralização do poder. Questão das parcerias das secretarias com as subprefeituras. A necessidade da qualificação profissional

especifica para a região de Parelheiros fundamenta se no fato de que a região é toda composta por áreas de preservação ambiental. As famosas Apa de Capivari Monos, Bororé Colônia. Portanto não cabe incentivar indústria danosa á preservação ambiental. Precisamos incentivar a criação de cursos profissionalizantes que foquem a formação especifica da população de Parelheiros, apoiando o turismo, o artesanato, o setor noveleiro, madeireiro, relacionado ao artesanato, a restauração de moveis e patrimônios em madeira, e a reutilização de resíduos sólidos de madeira, um curso em parceria com o Senai - São Paulo e dentro de curso de marcenaria tem a disciplina que trata da questão da reutilização de resíduos sólidos de madeira. Sobre a questão da mobilidade, hoje os estudantes trabalhadores de Parelheiros e Marsilac cruzam a cidade para estudar e trabalhar no Centro e nos outros grandes centros de São Paulo. É necessário apoiar a criação das oportunidades na própria região. Hoje, com certeza, nós da periferia, extremo Sul, somos capazes de gerenciar esses processos estamos fartos do esquecimento. Com qualificação ninguém perde na cadeia produtiva, na cadeia de serviços. a questão da descentralização, as parcerias com as subprefeituras tornam-se fundamentais para viabilizar o desenvolvimento da cidade, creio que as secretarias devam, em parcerias com as subprefeituras viabilizar atividades e convênios para atender e apoiar as demandas locais, legítimas e muitas vezes urgentes da nossa região. Principalmente com a organização do poder público, organização da sociedade civil e principalmente cidadãos resolverão os problemas que tanto inviabiliza o desenvolvimento dessa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Sandro Boreli.

O SR. SANDRO BORELI – Sou Presidente da cooperativa Paulista de Dança e membro do Conselho da Federação Brasileira das Cooperativas de Cultura. Estou aqui novamente, mais um ano discutindo a verba do orçamento. Alerto a todos dizendo que o nosso atual prefeito, Fernando Haddad, foi eleito com um programa de governo para a cultura, ao meu ver, até revolucionário. Entendo que foi eleito por isso, agora quero expressar meu temor aqui, 25% da gestão está indo embora. Janeiro, um ano de gestão, então faltaria três anos e

meu temor é que: com esse orçamento que a Seplam tem proposto todo ano, orçamento vergonhoso para a cultura as propostas do nosso secretário terão de fazer mágica. Estou vendo aqui 2% para a cultura, pelo menos isso. Enquanto isso não acontecer vamos ficar aqui todo ano, dando murro em ponta de faca, ou então enxugando gelo. A dança tem dois projetos, duas propostas de programas que está tramitando aqui para ampliar o fomento à dança, porque a dança paulistana tem uma adversidade absurda, como o mesmo secretário disse, o País todo está aqui dentro. A cultura brasileira está em São Paulo. Peço, encarecidamente, aos Srs. Vereadores da Casa, que não compactue com esse orçamento e 2% para a cultura, pelo menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Repper Pirata em seguida o Dorberto Carvalho. Eu combinei com o Secretário. Vamos fazer cinco, seis intervenções. Daí o Secretário responde e voltamos.

O SR. RAPPER PIRATA – Eu acho que eu vou passar um pouquinho, mas “tá suave”.

Primeiro, eu quero fazer um repúdio a esta Casa, que teve a Salva de Prata. Repúdio a esta Casa, que faz sensacionalismo com a morte lá no Jaçanã. Esta Casa, infelizmente, está com o tal de Jesus ali, só que ela promove a morte. E esses Vereadores não estão aqui. (Palmas)

Cultura é importante porque é justamente esse lance de cultura que está me fazendo vir aqui, certo? A primeira coisa: parem de me estereotipar, olhar o personagem rapper Pirata, e entendam as falas, que é mais importante.

São 2% para a cultura. Demorou. Os Vereadores que estão nessa gestão têm que ter esse compromisso. E aí, nesses dois 2%, lógico, a periferia em primeiro lugar, e não por demagogia, porque temos, na Cidade Tiradentes, centro de formação cultural, e lá é um aquário. E aquário fica jogando lá isca para os peixes. Se liga? Um barato enorme, importante para a periferia, mas triste.

Eu sou solidário àquela senhora, porque o gás que a senhora tem é o que eu quero manter pelo resto da minha vida. E vamos lá.

Semana de Hip Hop: a gente quer um orçamento para o hip hop, e para todas as ações de hip hop, no valor de três milhões de reais, incluindo a Semana de Hip Hop, Casa de Hip Hop e também o Hip Hop é Educação.

O Vereador que estava aqui, o Vereador dos cachorrinhos, dispersou os outros Secretários, mas tem que entender que o hip hop entra no esporte, sim, porque nós temos que ter basquete de rua dentro dessas programações, porque ano que vem é o ano da Copa, tem que ter o *break* como esporte também.

Lembrando também ao Secretário do Trabalho que o hip hop tem como fomento do tal empreendedorismo, oferecendo autoestima ao indivíduo. Com o hip hop, você, além de fazer CDs, vídeo, estar na moda, fazer oficina, cria autonomia entre os participantes da periferia. O trabalho que estão querendo oferecer para os jovens, ou para as pessoas que moram na periferia, é subemprego. E subemprego já zóou tudo.

A dança é importante, mas está na hora de vocês começarem a falar da dança afro, certo? (Palmas) Porque se não tiver a dança afro, essa dança clássica aí não chega na periferia. E não dá para ficar civilizando a periferia, certo? (Palmas)

E uma fita que nós discutimos lá na última conferência que confere uma par de fita: queremos um fundo para situações da periferia, com um orçamento inicial de cinco milhões de reais. E Vereadores, isso não é caô, tem que fazer isso acontecer. E agora uma crítica ao Partido dos Trabalhadores: do jeito que o Partido dos Trabalhadores está na cidade de São Paulo não convence. Por enquanto, eles estão enxugando com um pano o sangue do Geraldo Alckmin. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Deixem eu falar algo, não só para o rapper, mas para todo mundo: a Comissão de Finanças produziu um formulário para as sugestões. Então o Pirata fez algumas. Quem também quiser preencher para deixar, é importante, porque

a gente vai, depois, trabalhar com as sugestões apresentadas.

Tem a palavra o Sr. Dorberto Carvalho, da Cooperativa Paulista de Teatro.

O SR. DORBERTO CARVALHO – Bom, eu vou fazer uma fala repetida, mas não é porque é a mesma que eu fiz na primeira audiência, do dia 28, é repetida porque é a mesma fala que eu e a Cooperativa Paulista de Teatro fazemos durante anos aqui na Câmara Municipal de São Paulo.

Hoje, esse orçamento não reflete o grau de desenvolvimento econômico da Cidade, de uma cidade que via receber a Copa do Mundo ano que vem. Hoje, esse orçamento não reflete o grau de desenvolvimento cultural que existe na cidade, nas periferias, nas bordas da cidade, e todos os setores e todas as linguagens.

Eu acho que na fala do Juca ficou evidente que existe uma enorme expectativa do setor cultural para que novos programas – e os já existentes, os formativos – sejam ainda mais valorizados, ainda mais ampliados.

No dia 28, com a presença da Secretária Leda Paulani, eu fiz um questionamento sobre o orçamento da Cultura, e ela me respondeu o seguinte: “existe uma vontade política do Prefeito Fernando Haddad de que o aumento da cultura se amplie gradativamente nos próximos anos”. Ora, se existe uma vontade de o Prefeito Fernando Haddad, essa vontade tem de estar expressa pelo menos no Plano de Metas, no PPA. Se vocês olherem o Plano de Metas, vocês vão ver que não está previsto nem um centavo mais para a cultura. Peraí, do que estamos brincando? Existe um discurso e existe uma prática.

Todo ano também a gente vem aqui à Câmara Municipal, e a gente não pode reclamar que não é bem atendido por esta Casa. Particularmente, vou dizer que a gente é sempre bem atendido. Todo ano a gente vem aqui, reclama do Orçamento, berra, e daqui a pouco nós vamos lá para a sala do Milton Leite, que é o Relator há muitos anos, ou para a sala de algum Vereador aqui, fazemos uma reunião, negociamos e vai ter um pequeno aumento para algumas linguagens, alguns setores. Quiçá, hoje, a gente aumenta um pouquinho a verba

do vocacional, vamos aumentar um pouquinho a verba para acesso à cultura nas periferias. Houve anos em que viemos brigar pelo fomento à dança. E assim sucessivamente.

Queria fazer um apelo a todos nesta Casa: de que este ano fosse diferente, e a gente não ficasse negociando essas migalhas para determinadas linguagens. Veja que eu sou do teatro, mas não estou falando em nome do teatro, estou falando em nome da cultura, de a gente pensar não em fazer pequenos ajustes no orçamento para determinadas linguagens ou para determinados setores, mas que esta Casa, este ano, tenha coragem de aumentar substancialmente o orçamento da cultura, que tenha a coragem de adequar ao grau de desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo, colocar a Secretaria de Cultura à altura da sua responsabilidade numa metrópole como São Paulo, à altura da responsabilidade que ela tem com os fazedores de cultura de toda a cidade.

Quero deixar bem claro: este ano nós vamos negociar, como todo ano a gente negocia e aumenta. Estamos dispostos a negociar. Só que este ano nós não vamos aceitar migalhas: queremos um aumento substancial na verba da cultura.

É isso. (Palmas)

P – Doberto, o Relator sou eu este ano.

Tem a palavra a Sra. Elisângela Maria dos Santos, líder da Vila Nova Conquista.

A SRA. ELISÂNGELA MARIA DOS SANTOS – Boa tarde. Meu nome é Elisângela Maria dos Santos, sou assistente social, não atuante no momento.

Vim falar da assistência e desenvolvimento social: toda vez que eu me dirijo para falar sobre esse tema com o CRAS, CRES, mesmo tendo Face, e falam sempre para eu ler o COMAS. Eu, como assistente social, já li o COMAS. Sei que tem de seguir todas as regras, passar um ano, abrir um CNPJ. Só que na minha comunidade não tem loteamento irregular – vou falar isso na habitação. Onde eu moro não tem saneamento básico. Onde eu moro, há crianças e adolescentes de 3 a 9 anos sem atendimento algum: nem de esporte e nem de lazer. E eu gostaria que a Secretaria tivesse um olhar diferenciado. Lá, eles demoliram o nosso

campo, que era o único espaço que eu tinha para sentar e ler com elas. Passava os livros da minha casa mesmo – consegui doação; tenho 150 livros. E não tem esse espaço para continuar o meu trabalho como assistente social na minha comunidade.

Gostaria que a Secretaria de Cultura tivesse um olhar diferenciado. Eu moro próximo ao Sesc Interlagos. As crianças e adolescentes não têm acesso, porque não têm como pagar três reais para entrar. Eles não nos deixam ter acesso. Então eu gostaria que realmente houvesse um olhar diferenciado com as crianças e adolescentes. Isso para não falar das mulheres que sofrem violência doméstica.

Essas mulheres não têm curso profissionalizante, e elas continuam sofrendo com os filhos dentro de casa, com filho, crianças e adolescentes, alguns no mundo do *crack*. Tenho relatos de 12 adolescentes que vão me procurar atrás de serviço para sair do *crack*. Eu não tenho como direcionar essas crianças ou adolescentes. São mães que tem filhos presos e não têm Bolsa Família, não tem nenhum respaldo do serviço público. E cadê a garantia do direito dessas crianças e adolescentes da Cultura? Cadê o Sesc Interlagos que não abre a porta para a nossa comunidade? Gostaria de ter uma atenção melhor.

Já li o COMAS. Sei que temos de abrir um CNPJ. Sei disso tudo. Até lá, por favor, vamos fazer uma doação sem precisar de CNPJ.

Obrigada.

O SR. _____ - Elisângela, Nova Conquista é ao lado do Jardim Orion?

A SRA. ELISÂNGELA MARIA DOS SANTOS – Isso, é o Morro da Mandioca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Elisângela, só para entender. Eu achei que você estivesse também na pauta da Cultura. Em seguida, nós vamos ter Assistência. Então já deixou a sua questão. Aí, quando a secretária fizer a exposição dela, a gente já fala.

A SRA. ELISÂNGELA MARIA DOS SANTOS – Serve para a Cultura também.

P – Tá bom. Tem a palavra a Sra. Penha Silva.

A SRA. PENHA SILVA – Socorro acabou de falar que a cultura evita muita coisa, e isso é uma certeza.

Bom, recentemente saiu uma pesquisa do IBGE colocando a economia da cultura como uma força que ela nunca teve antes. E nós sabemos, na nossa cidade de São Paulo, que isso aconteceu também mais fortemente por uma implantação de programas culturais, estaduais, do Município. Passamos oito anos vindo a esta Casa, brigando por um aumento para este orçamento, e quando temos uma oportunidade de ter um secretário com conhecimento de um ministério, somos pegos de surpresa com um orçamento abaixo do que estávamos esperando para a nossa cidade. Essa pesquisa do IBGE mostra que aqui na região, principalmente o eixo São Paulo e Rio, mais de um milhão de trabalhadores estão se firmando na área da cultura. E esses trabalhadores também projetando rendas para terceiros, já que o piso do ganho desses trabalhadores atinge aí a meta acima de 1.600 reais mensais, de acordo com a pesquisa do IBGE. Sabendo que nós crescemos como trabalhadores, crescemos como participantes dessa economia, fica muito complicado ver o Orçamento que ainda se mantém nos parâmetros da falta de diálogo com a Cidade. Um Orçamento pequeno, irrisório, que não contempla a todas linguagens e a todo movimento e ainda obriga que grupos se fechem e tentem dialogar de uma forma direta, indireta, com algumas partes desta Casa.

O que estamos querendo é que essa Casa veja que será impossível trabalhar um programa de Cultura à altura da Cidade com esse orçamento, menor do que 1%.

Se o Sr. Prefeito, no seu programa de Governo, prometeu – e 55% da população dessa Cidade acreditou nele – um programa de Cultura que fosse extenso e abarcasse toda nossa cidade, não podemos aceitar um orçamento abaixo, nesse primeiro ano, de 1%.

Para terminar: não vou desenvolver por grupos, mas existem, por exemplo, programas que estão sendo diminuídos a cada vez que acontecem. Exemplos: Programa Vocacional e Programa PIÁ, os quais atingem 22 mil pessoas de 6 a cem anos. Quem não conhece esses programas, por favor, saibam do que se trata. É um programa de formação e

que precisa ser apoiado de uma forma mais responsável por essa Casa.

Há ainda os programas de fomento à dança, para os quais estamos lutando no sentido de conseguir verba maior e, assim, abarcar todas as linguagens da dança. Estamos fazendo contatos nesse sentido.

Portanto, peço a essa Casa, que reforçe esse Orçamento para tirar das costas de nós, trabalhadores, esse processo duelo ínfimo, pequeno, de um contra o outro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo – PT) – Obrigado, Penha.

Sr. Pedro Felício, do Programa Vocacional da Secretaria de Cultura.

O SR. PEDRO FELÍCIO – Boa tarde. Sou do Programa Vocacional da Secretaria Municipal de Cultura. Sou artista orientador e coordenador do programa. Sou ator e pertenço à Cooperativa Paulista de Teatro.

Na verdade, quero dizer o quão importante é ver o número de municípes que, hoje, está aqui para falar sobre Cultura. De algum jeito, isso reflete a importância que esse tema tem para a Cidade.

Do mesmo jeito, os números da Sempla e os números de Vereadores aqui presentes refletem a importância que a Cultura tem para esses órgãos públicos. É assustador ver quão poucos Vereadores estão presentes para nós que discutimos Cultura há tanto tempo.

De qualquer maneira, vim para falar do Vocacional. Farei um breve histórico e serei rápido. Esse programa existe desde 2001 e depois dele veio o Programa PIÁ, que é um programa de Iniciação Artística. Como a Penha acabou de dizer, o Programa PIÁ atende, diretamente, 7 mil pessoas e, indiretamente, 22 mil cidadãos. São programas de formação artística de maneira ampla.

Há algum tempo temos conversado dentro dos programas e nossa articulação, desde antes da eleição do atual Prefeito, vem pedindo uma consolidação e estruturação dos programas de formação artística na Cidade. A ideia é que tenha ampliação, mas com qualidade

na cidade inteira.

Hoje, os programas atingem as 32 Subprefeituras, mas de maneira ainda bastante precária. Desde o começo da nossa articulação e mobilização dos programas, estabelecemos 3 princípios fundamentais para que esses programas aconteçam com a qualidade necessária para a Cidade.

Primeiro: ter uma estrutura de coordenação organizacional dentro da Secretaria de Cultura condizente com um programa desse tamanho.

Segundo: a continuidade do programa, para que não sofre interrupções como vem acontecendo, em especial, nos últimos 8 anos.

Terceiro: a valorização dos profissionais que prestam serviço para a Prefeitura dentro desses programas.

Recentemente, há mais ou menos três semanas, o Gabinete do Secretário tornou pública uma nota técnica. Ou seja, a partir das conversas estabelecidas por nós desde o começo do ano, começa a deixar público um olhar para esses programas.

Então, propõe um reajuste ainda menor do que nós achamos que é o necessário, para as horas-atividades dos prestadores de serviço.

Estamos aqui nesta Casa, de novo, como temos estado durante muito tempo, em especial, no ano passado, quando conseguimos algumas emendas que não foram executadas, mas, de qualquer maneira, conseguimos emendas orçamentárias aqui, e a gente está aqui para conseguir, de novo, suplementação e mais aporte desta Casa para esses programas de formação artística. Para nós, seria muito importante ouvir do Secretário um compromisso de que esse aporte financeiro fosse usado para garantir uma vigência dos contratos desses profissionais e que ele garanta que vai usar todas as ferramentas à sua disposição para garantir a continuidade desses programas sem intervalos, onde o cidadão não receba o benefício do programa e que garanta a vigência dessas contratações.

Acho que é isso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Pedro, só a título de esclarecimento. As audiências são coordenadas pelos Vereadores. Não necessariamente todos os Vereadores, mas aqueles que precisam encaminhar. Entendo a sua preocupação.

O SR. PEDRO – Não, é que o Vereador Tripoli chamou a atenção dizendo “ a cultura não está presente aqui nesta Casa”. E, hoje, que a cultura está presente nesta Casa, os Vereadores não estão presentes nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - O próximo é o Ruivo Lopes, da Articulação Cultural das Periferias de São Paulo.

O SR. RUIVO LOPES – Muito boa tarde para todo mundo que chegou nesta audiência pública, numa segunda-feira às 2 da tarde, mas quando é para defender a periferia e o que ela já tem feito nos últimos anos, a gente não pode faltar ao compromisso.

Eu queria reforçar aqui uma movimentação que vem acontecendo em São Paulo: pouco mais de uma década a área cultural da cidade de São Paulo teve um salto significativo porque ela passou a ser tratada no âmbito das políticas públicas. Isso não tinha acontecido ainda, numa cidade com as características como São Paulo que, ao mesmo tempo, é muito rica e, tragicamente, muito desigual. Isso se manifesta também quando a gente vai falar de cultura, em outras áreas é a mesma coisa, mas na cultura isso também se manifesta.

Acho que esta Casa e o Vereador Fiorilo deveria ficar muito feliz como Relator do orçamento de poder ouvir aqui tantos relatos que o próprio Vereador considera que pode ser de outras áreas, mas que também dizem respeito, sim, ao campo cultural, onde nós atuamos, porque como nós temos visto no mapa da violência, por exemplo, que traça um perfil da violência covarde promovida, infelizmente, pelo Estado, ela vai ter a sua mancha vermelha de jovens negros assassinados justamente nas periferias da cidade de São Paulo.

Então, o campo cultural e, principalmente, as ações culturais das periferias da Cidade têm cumprido, sim, o seu papel social, cultural, educativo, de geração de renda e, sobretudo, garantindo que jovens possam atingir uma vida adulta digna e com qualidade através da cultura. É disso que nós estamos falando. Por isso, quando a gente vem aqui falar do orçamento, é claro que os 2% são extremamente necessários, sobretudo, para a continuidade dessas ações.

Quando a gente faz as nossas ações integrando comunidade, a rede de educação, a rede de Saúde e outras áreas essenciais para garantir uma vida digna nas periferias e nas áreas mais pobres da Cidade, é a Cultura que tem se manifestado. É justamente essa cultura que nós queremos ver valorizada neste Orçamento para 2014.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Vanessa Biffon, do Programa de Iniciação Artística da Secretaria de Cultura.

A SRA. VANESSA BIFFON – Estou aqui para bater na tecla, porque muitas pessoas aqui já falaram, mas é importante falar de novo, até que a gente tenha concreto as coisas que a gente pede.

Estivemos aqui no ano passado, nessa mesma ocasião, representando as crianças, os adolescentes e as famílias com quem trabalhamos.

Hoje, viemos reforçar nossa mobilização. Somos do PIA, Programa de Iniciação Artística, parceiros do Programa Vocacional. Toda criança tem direito ao brincar e ao acesso aos bens culturais, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vimos aqui para reforçar a proposta de uma Cidade inclusiva, onde haja a oportunidade para criança e adolescente, principalmente da periferia, se iniciar nas linguagens artísticas híbridas, propiciando o espaço de experimentação poética, valorizar o acesso à cultura e ao espaço público e o entendimento da Cultura como direito, favorecendo a participação ativa na comunidade.

Há um ano, conseguimos a aprovação de uma suplementação orçamentária para os programas referidos. Porém, por motivos jurídicos e financeiros, essa verba não foi aplicada aos programas de formação da SMC.

Esses programas estão trabalhando na construção de um projeto de lei, numa tentativa de consolidação legislativa.

Para o Orçamento de 2014, estamos, sim, em negociação com a Secretaria de Cultura, porém, ainda gostaríamos de um compromisso público desta Casa, na intenção de

conseguir emendas orçamentárias que consolidem a vigência dos contratos e, portanto, a vigência dos programas na comunidade.

Hoje, há um hiato de 4 a 5 meses, a cada ano, para o início das atividades. As políticas públicas são implantadas, mas não têm uma continuidade.

Para finalizar, claro, apoiamos e consideramos como uma necessidade mínima e essencial para a nossa cidade e para os trabalhadores da arte, um orçamento de 2% para a Cultura em 2014.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Vanessa.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sr. Presidente, sugiro que, quando houver audiências públicas para discutir ações de grande relevância para a Cidade, em que participam várias Secretarias, acho que as inscrições devem ser separadas por Secretaria: Esporte, Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Foi o que fizemos.

O SR. LAERTE BRASIL – Saúdo a presença do Secretário de Cultura e a presença de todos.

Acho que um país sem Esporte, sem Cultura e Educação é um país doente.

Só para termos uma ideia, 66% do PIB da Inglaterra vem da produção da Cultura e do Esporte. E aqui, no Brasil, a Cultura gera uma produção de quase 6% do PIB e o Esporte 13%, e que é a geração que toda a cidade de São Paulo, que gera 13% do PIB.

Nós estamos organizando, para o ano que vem, o grande prêmio de mil maratonas e de meia maratona. São dois eventos que vão mobilizar, cada um, 250 a 300 mil corredores na cidade de São Paulo.

Agora, realizamos a Copa Infante-Juvenil, na cidade de Osasco, no dia 22 de dezembro e tem uma prática que foi usada aqui pelo ex-Prefeito Kassab, e que é uma prática nazista.

Vejam bem, o Prefeito, quando eram as entidades ligadas a ele, por exemplo, a Globo, ele isentava essas entidades. Agora, para realizarmos uma maratona de 42 quilômetros na cidade de São Paulo, a CET cobra 600 mil reais. Isso é um absurdo! Nem na cidade de Nova Iorque. E essa prática, hoje, vem sendo realizada no Governo do Haddad.

Acho que a nossa proposta é: ou isenta para todo mundo ou cobra de todo mundo, porque, senão, fica uma prática corrupta na área de Esporte, beneficiando grupos ligados a tal político.

A nossa proposta: ou isenta todo mundo ou cobra de todo mundo.

Nós participamos da audiência pública, em Santo Amaro, e propusemos que no Ginásio Jorge Blude, que está abandonado e que está sendo adotado pela prática do tráfico de drogas, e aquela área, que é pública e que já estava destinada à especulação imobiliária, apresentamos uma proposta para se construir um centro olímpico em Santo Amaro, até cultural.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Ricardo Pereira.

O SR. RICARDO PEREIRA – Boa tarde.

Meu nome é Ricardo Pereira. Faço parte do Coletivo Cultural Carlos Marighella e sou integrante, também, do Fórum de Cultura da Zona Leste.

Todo mundo já vem com a preocupação dessa redução que parece que vai acontecer com o Orçamento.

Repudiamos essa atitude. Então, por isso que estamos lutando para que não aconteça. Os 2%, como levantamos as faixas, queremos que aconteça, como foi uma promessa do nosso ilustre Prefeito.

Em junho, as ruas já clamavam por bons serviços públicos. Todos saíram às ruas para pedir um pouco mais de responsabilidade com o recurso público e, nesse caráter, também

estamos cobrando, através de várias intervenções com o Fórum de Cultura.

Estivemos também na conferência de Cultura. Emplacamos algumas necessidades que foram colocadas e não sabemos como serão encaminhadas.

Estamos no caráter de cobrar o Sr. Secretário do que conversamos na conferência, dos compromissos firmados e pedir para que, realmente, tenha esses 2% para que possamos distribuir.

Não adianta ter os 2% e eles não chegarem à periferia. Temos uma preocupação de esse recurso ter uma distribuição correta e que chegue àqueles, como disse o ruivo aqui, que há muito tempo têm sofrido com o descaso do Poder Público na periferia.

Temos o caráter de cobrar e pedir também a responsabilidade. Vou falar de alguns pontos. Queremos que o Conselho Municipal de Cultura tenha caráter deliberativo e seja constituído. E também o fomento periferia que temos trabalhado com o Fórum.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Robson.

O SR. ROBSON – Boa tarde.

Mesmo sendo Presidente do Movimento Estadual da População de Rua, preocupei-me, quando estava na rua, com a cultura. Por quê? Porque a cultura faz o ser humano. Se fosse investido bastante na cultura, não haveria o crack na Cidade e nem o crime. A cultura enriquece o ser humano e derruba qualquer ficção.

É normal ouvir falar de uma cultura fascista onde diz que a arma do policial dispara na periferia porque a arma dispara à toa. Por que não dispara onde estão os criminosos nos Jardins? Nos Jardins não dispara porque os criminosos estão de terno e gravata. (Palmas)

Então, peço a esta Casa, porque a bicicleteca está sendo implantada em periferia sem incentivo municipal, estadual ou federal. A amiga que disse que não tem como levar cultura para o seu local, eu lhe dou uma bicicleteca, eu lhe dou livros e leve para sua periferia. Eu dou. Não precisa pedir ao Município e nem ao Estado. Nós temos capacidade de dar.

Queremos que a cultura chegue a todos os locais. A gente faz. Temos 58 mil livros porque a cultura dignifica o homem. A cultura resgata a autoestima do ser humano. É uma pena ver a barbárie que acontece ao cortar a verba para a cultura para investir em quê? Em bolsa crack? Para investir em quê? Em tapa-buraco.

Gente, o teatro, a dança, a arte, o rap. Precisamos de investimento forte na cultura e não bolsa crack ou qualquer que seja. Vamos investir não só 2%, mas temos de gritar 10% para a cultura. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Quero chamar a Sra. Maria do Rosário Ramaria, assessora do Vereador Nabil Bonduki.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO RAMARIA – Boa tarde.

Estou falando em nome do Vereador Nabil. Ele estava programado para estar aqui de manhã porque foi divulgado que a audiência pública seria de manhã e só na sexta à tarde ficamos sabendo que seria agora. Ele pediu que eu transmitisse.

Várias pessoas já falaram. Nós somos solidários ao governo que está dirigindo a Cidade. Mas, de fato, como disse a Penha e o Norberto, o orçamento está muito aquém do que se espera para poder viabilizar o que está previsto no plano de governo. O que é mais grave no PPA, se olharmos a projeção para os próximos quatro anos, não há perspectiva de aumento do orçamento para a cultura.

Isso realmente não é aceitável. Gostaríamos de propor uma reunião técnica da Secretaria de Cultura e da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, da qual o nosso relator do orçamento também é integrante, seria importante detalhar melhor o orçamento e entender onde estão os buracos. Não podemos depender somente das emendas parlamentares, que os Vereadores se dispõem a fazer, os grupos que têm contatos com os Vereadores conseguem emendas, mas muitas vezes elas são congeladas e vão resolver pontualmente o problema, quando o problema da secretaria é maior.

Quero chamar atenção para a estrutura da secretaria que continua muito precária,

apesar das propostas de ampliação. Há falta de recursos para os ônibus biblioteca, para o vocacional, o VAI 2 acabou de ser aprovado e tem recurso para 45 projetos e isso não dá nem para começar a conversa, as casas de cultura que precisam voltar com urgência para a secretaria e estão absolutamente sucateadas. Precisa de dinheiro para fazer essa intervenção e para pôr em prática o plano de governo.

Registro essa proposta de um encontro dos Vereadores da Frente com a Secretaria e a Comissão de Finanças e Orçamento para detalhar o orçamento e não dependermos somente das emendas parlamentares. Elas são bem-vindas, mas insuficientes para a realidade.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Sr. Leandro Rine.

O SR. LEANDRO RINE – Quero fazer um pedido dos meus três minutos começarem após a leitura de uma carta pública aberta aos Vereadores.

Esta carta foi trazida principalmente aos Vereadores da Frente Parlamentar de Cultura e acho importante que seja lida publicamente.

São Paulo, 28 de outubro. Carta aos Vereadores da cidade de São Paulo.

Excelentíssimos Srs. Vereadores, nós, movimentos organizados de Cultura das periferias da cidade de São Paulo dirigimos esta carta aos Vereadores e Vereadoras desta Casa com o intuito de marcar posição contrária da sociedade em relação à redução do orçamento geral da Cultura para a Cidade.

Pedimos o apoio dos senhores e senhoras para que haja uma maior atenção às necessidades da pasta da cultura com relação aos recursos públicos destinados aos projetos de fomento, formação e difusão cultural. As políticas públicas de cultura são determinantes para que processos de transformação social se efetivem nas periferias e, conseqüentemente, em toda a Cidade.

Existe um compromisso firmado no plano de metas da prefeitura de 2% do

orçamento da cidade para a Cultura e exigimos que o mesmo seja cumprido já em 2014, entendendo a urgência em rever tal defasagem orçamentária da pasta em relação às outras, em consideração às crescentes e importantíssimas demandas apresentadas pela sociedade.

Precisamos do apoio dos Srs. Vereadores para que seja apresentada esta proposta orçamentária justa à cidade. E não aceitaremos de forma alguma uma redução ainda maior que os 0,7% que representou o montante destinado à cultura para o ano de 2013.

Nós, movimentos organizados de cultura das periferias da cidade de São Paulo, estaremos representados no próximo dia 04 de novembro, hoje, na Câmara dos Vereadores para lutar pela revisão orçamentária da Cultura e esperamos contar com o apoio dos senhores e senhoras.

2% para a cultura já!

Assinam esta carta os seguintes movimentos culturais das periferias: Articulação dos Saraus Periféricos, Bloco de Articulação dos Espaços de Ocupação Cultural, Fórum de Cultura da Zona Leste, Mutirão Cultural; Mutirão Cultural na Quebrada, Viva Periferia Viva; Rede Cultural de Solidariedade Autônoma – Recusa; Movimento Organizado Moinho Vivo; Fórum Hip-Hop Municipal de São Paulo. É gente pra caramba. (Palmas) E, dentro dos três minutos, então, que pedi, é porque o Fórum tomou para si uma responsabilidade que acho difícil de se levar à frente, que é estudar os dados do Orçamento da Cidade.

Quem pega aquele documento da Sempla para estudar acho que entra em desespero. Foi esse desespero que a gente ficou, em uma semana, estudando. Então, a princípio, a gente parte do ponto que falta uma transparência, uma sistematização, para que essa transparência em relação ao Orçamento e aos dados da Cidade seja, de fato, efetivada na comunicação com o cidadão.

Então, a gente resolveu pegar item por item e calcular e esse cálculo gerou um estudo e esse estudo foi publicado pelo Fórum e também está publicado no portal Passo a Palavra para quem quiser ter acesso.

Mas, de fato, existe uma diferença muito grande: 2%, que são os 2% não só prometidos pelo Prefeito, mas os 2% reivindicados da população há muito tempo, dos 0,6 % do Orçamento da Cultura, segundo os dados da Sempla. Nós estamos partindo pelos dados da Sempla. Eu gostaria de deixar isso claro: que é o único documento que torna público os dados da Cultura para a sociedade. Se existe outro valor, esse outro valor não é tornado público em forma de planilhas ou em forma, enfim, de documentos oficiais.

Então, estamos nos baseando com 0,6% para 2014. E, de origem, dos mesmos dados da Sempla, do ano passado, esse orçamento que já foi um dos menores da história, seria de 0,7. Se a gente for considerar, então, outros dados que porventura apareçam nesse processo, desde que a gente publicou esse estudo, ele não... O Orçamento da Cidade chegaria a 0,8%, o que, ainda assim, é menor do que o 0,9% executado no ano passado.

Então, além de ser muito diferente de 2%, a gente considera assim como um... (ininteligível)..., como uma redução muito significativa do Orçamento da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Um minuto.

O SR. LEANDRO RINE – Pois bem.

Desses 0,6%, apenas 1% é dedicado aos programas de formação. Se for levar em consideração os projetos de fomento, apenas de 25 milhões de reais vão ficar para projetos que atendem a periferia: VAI, Bolsa Cultura e Pontos de Cultura.

Nos eventos - e a gente dividiu por partes -, vocês podem ver no estudo, os eventos, somadas a Quebrada Cultural e as Viradas em novas centralidades - que a gente não sabe muito bem o que é isso -, não chegam a 1/3 do valor da Virada Cultural no Centro, sendo que a rubrica é essa, Virada Cultural no Centro. Não chega a 1/3.

Então, se a cultura produzida na periferia é invisível, conforme o Secretário falou, acho que, diante desse Orçamento, ela vai continuar invisível. Se os programas de formação não chegam, não mantêm uma estrutura, continuaram na estrutura precária que a gente sabe que é hoje; e os programas de fomento, programas de formação e os programas de difusão

cultural, na periferia, também vão continuar sem nenhum tipo de... de... Enfim, vocês sabem de quê.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Três minutos.

O SR. LEANDRO RINE – Cada diálogo em São Paulo custa - a gente viu no Orçamento -, aproximadamente, 60 mil reais por diálogo. Significa que cada diálogo em SP custa o valor que vai custar um ano de projeto do VAI 2 para quem for contemplado. Não sei se vocês têm essa informação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LEANDRO RINE – Eu também, lá em casa.

Abra as contas da Cultura, portanto. Queremos uma audiência pública até o dia 9 de dezembro, entre: Sim Rosário, Frente Parlamentar de Defesa da Cultura; entre os movimentos - não é? - e Secretaria de Cultura. Tem que ter essas três presenças para que as contas sejam abertas, porque o manejo orçamentário da Sempla está longe de condizer à realidade do manejo real orçamentário da Cidade. A gente não tem acesso à divisão orçamentária da Secretaria de Cultura. E se acredito ser assim na Secretaria da Cultura, imagina os outros.

É isso. Eu não sei onde 1,3% ou 1,24% de aumento. A gente precisa ver o documento para que isso de fato represente alguma coisa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO – Obrigado, Vereador Fiorilo, relator do Orçamento 2014. Saúdo, também saúdo o Vereador Jair, o Secretário Juca Ferreira, a Secretária Dr. Luciana Temer, representante do Teatro Municipal, outros assessores de secretarias presentes, população presente.

Realmente a situação da cultura em São Paulo, depois do desastre de sete anos e meio, do pesadelo, do terror, talvez da pior gestão da história de São Paulo, do Sr. Carlos Augusto Machado Calil, que a Câmara não realmente fiscalizou, não chamou no ano passado para explicar seu péssimo desempenho, que realmente estragou a cultura de São Paulo,

tentou estragar, tirou verbas nesses sete anos de terror, se esperava melhoria por parte do Sr. Juca Ferreira, ex-Ministro do Governo Lula. Só que, Sr. Juca, o rapaz que me antecedeu falou da questão da Virada Cultural. Não existiu nenhum CEU com Virada Cultural, ou seja, periferia, o CEU a partir de 2003, completou dez anos do primeiro, Jambeiro, foram constituídos na época da Prefeita Marta Suplicy para espaço de cultura na periferia. O maior investimento da sua secretaria para a cultura o senhor tirou do CEU. Até o ano passado havia Virada Cultural nos 45 CEUs, esse ano não houve. Eu gostaria que o senhor explicasse o que aconteceu, se no ano que vem vai voltar a Virada Cultural para os 45 CEUs da periferia. Isso é uma ofensa à periferia de São Paulo, ter tirado a Virada Cultural dos seus Centros Educacionais Unificados. Gostaria de uma explicação do senhor a esse respeito. Investir oito milhões só no centro e a periferia não ser contemplada.

Conselho Municipal de Cultura. Há nove anos venho cobrando, esse senhor, Secretário Calil, negou o Conselho Municipal de Cultura. Espero que o senhor não negue também. O orçamento de Sempla, por sinal, muito mal feito, não põe o Conselho Municipal de Cultura, nem no PPA. Gostaria de saber quando vai ser inaugurado o Conselho Municipal de Cultura, sendo que época do Prefeito Faria Lima já tinha Conselho Municipal de Cultura, 68. Quer dizer, até na ditadura tinha e a democracia não quer Conselho Municipal de Cultura. O que está acontecendo no Brasil? O que querem esconder da população brasileira?

Decreto do Sr. Calil, tirou homenagens a grande pôsteres da cultura brasileira, Guilherme de Almeida, o Príncipe dos Poetas, Dinah Silveira de Queirós, origines Lessa, Plínio Ayrosa, professor da USP, esse senhor, junto com o Sr. Serra, cassaram homenagens a grandes nomes da cultura brasileira. Peço que o senhor devolva essas homenagens a bibliotecas infantis e as bibliotecas de São Paulo. É uma ofensa o que o Sr. Serra e o Sr. Calil fizeram com a memória desses grandes nomes da cultura brasileira. E cuidado familiares, vocês podem ser as próximas vítimas.

Para conclusão, CEU das Artes. O que será o CEU das Artes no Campo Limpo?

Questão dos equipamentos culturais na Vila Mariana. O Prefeito disse que ia zerar zeros, só que não colocou nem equipamento cultural na saúde em Moema. Quero saber o que vai ser contemplado, se é zerar o zero, distrito que não tem cultura tem que ter. Vila Mariana, Saúde e Moema não estão contemplados. Quero saber o que está acontecendo. Biblioteca Mário de Andrade, quando vai acabar a censura de não poder consultar os periódicos sem agendamento, como era feito antes. Então melhoria no atendimento da Biblioteca Mário de Andrade, setor de periódicos, Rua Bráulio Gomes. Os pesquisadores solicitam acesso disciplinado ao arquivo da cidade de São Paulo.

Pela conclusão, também a gente solicita a questão da reforma do Centro Cultural, se vai terminar esse ano, e por que o orçamento do esporte aumentou 200 milhões e o orçamento de cultura só aumentou 38 milhões, ou seja, seis vezes mais. O orçamento de cultural, como disse o rapaz, é 0,7%, o orçamento de São Paulo aumentou 10 bilhões, a cultura aumentou só 38 milhões, ou seja, 0,38%. Melhoria do orçamento da cultura e mais transparência na cultura na cidade de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde à Mesa. Eu sou simples e falo da base da periferia. Eu trabalhei na FEBEM por 19 anos, como eu já falei. Só que é de estranhar que lá tinha dada a cultura aos jovens. Quando havia qualquer problema então a cultura prevenção, certo, capoeira, tudo que é cultura. Eu fui criada num lugar em que a gente respeita nossa origem e trabalha na nossa origem, sou do Nordeste, tenho o maior carinho e respeito pela cultura. Quando eu cheguei na Águia de Haia, eu vi aqueles jovens que passaram na minha não estavam lá. Simplesmente eu convidei todos. O que eu criei para eles? Capoeira. Peguei um jovem que veio do Nordeste, o nome dele é Bahia, outro Valmir e o outro Rodolfo e os meninos mais rebeldes que existiam lá, fizemos um grupo de capoeira. Foi difícil? Foi. Conquistei, retirei mais de 20 jovens da rua. Eu pegava, trabalhava com eles e fazia eles

fazerem visita aos hospitais apresentando a capoeira, a dança, com explicação. Agora eu pergunto: o que está havendo? Tem razão, quanto mais miserável, quanto mais ignorante melhor. Tem mais jeito de dominar, porque a pessoa sem saber se valorizar, ele é feito um cordeirinho, é laçado e vai para o matadouro. Entenda como quiser minha mensagem.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Eu vou passar a presidência para o Vereador Jair, tem mais três inscritos, depois o Secretário e em seguida a gente vai ouvir os outros Secretários.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Boa tarde a todos. Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo, relator do orçamento.

O próximo inscrito, já quase finalizando o tema cultura, a Sra. Débora Rossi, do Coral Paulistano Teatro Municipal. Em seguida Gabriela Benitez, Assessora do Vereador Toninho Vespoli, e Daniel Marques, do Fórum de Cultura da Leste.

A SRA. DÉBORA ROSSI – Boa tarde. Primeiro, esclarecendo que eu não sou do Coral Paulistano, sou representante da Sociedade Civil. Eu estou representando um anseio do Coral Paulistano e aí sim me sinto do direito de falar por ele.

Estou aqui para falar de uma questão que tem a ver com orçamento sim e tem a ver com cultura na cidade de São Paulo. Meu questionamento é sobre a política cultural dessa Secretaria de Cultura. Recentemente foi noticiado que a direção do Theatro Municipal pretende fazer a fusão de dois dos seus grupos: Coral Lírico e Coral Paulistano para atender a real vocação do Theatro Municipal, que é ser uma casa de ópera. Quero esclarecer que a real vocação do Theatro Municipal deveria ser o anseio da sociedade de São Paulo, em primeiro lugar.

Em momento algum isso está escrito e delimitado em algum lugar que o teatro deva produzir isso ou aquilo, pelo contrário sua produção deve ser plural e multifacetada como a

Cidade. O Coral Paulistano foi fundado em 1936, com o objetivo de divulgar a música brasileira, de cantar em “brasileiro” e essa proposta de fusão, não se fala em demissões, dos dois grupos para atender a real vocação do teatro que é fazer ópera está jogando por terra uma tradição de 78 anos em que a música e a cultura do povo brasileiro deveria ser valorizada.

O Coral é um grupo que existe e que pode se movimentar para se apresentar em todos os lugares da Cidade. Já se apresentou em diversos lugares, não precisa de nenhuma produção para se apresentar. Simplesmente vai e canta música brasileira e a proposta de fusão acaba com isso.

Gostaria de questionar a opinião da Secretaria em relação a isso. Tive um pedido de reunião agendada com o Sr. Secretário no dia 9 para levar uma petição *on-line* que conta com 9 mil assinaturas e essa reunião foi cancelada e gostaria de saber qual é a opinião da Secretaria em relação à fusão e o fato de se estar acabando com a produção de música brasileira dentro dos espaços públicos, das casas de espetáculos.

A SRA. GABRIELA – Boa tarde, estou representando o nobre Vereador Toninho Vespoli, sou assessora, o Vereador não pode comparecer porque tinha outra agenda. Quero reforçar o que os movimentos culturais estão reivindicando que é a importância de pensarmos em cultura dos 2%. Uma reflexão em relação a esse Orçamento porque se há uma proposta de redução de 0,6% dificilmente vamos conseguir alcançar o que o movimento de cultura vem pleiteando. Acho que isso é uma questão importante. O mandato do Toninho está à disposição para dialogar e construir essa diferença dentro do movimento de cultura.

O SR. DANIEL MARQUES – Boa tarde. Sou do Fórum de Cultura da zona Leste e vou ler uma carta de repúdio do coletivo. Essa carta mostra o descaso e despreparo dos funcionários nas casas de cultura e também o sucateamento dos espaços. Carta do coletivo O que dizem os Umbigos, em repúdio ao quadro de funcionários de casas de cultura do Itaim Paulista: “A Casa de Cultura Itaim Paulista, fundada em 1985 (uma das Casas de Cultura mais antigas de São Paulo) atualmente com 28 anos de existência, encontra-se em estado de

desistência e abandono pelo poder público e conseqüentemente, pelos usuários e artistas, cansados de serem mal recebidos e mal tratados e por terem que lidar com a precariedade não só do atendimento, mas também da limpeza, falta de organização, técnicos e equipamentos.

Esta Casa é fruto da luta histórica dos movimentos populares de cultura da região. Criada e fundada a partir de dois movimentos o EADC e o CAM (que com as trocas de gestão também foi obrigado a deixar o espaço), há tempos não cumpre seu papel original, enquanto espaço público de cultura. Muitos coletivos após esses tentaram resgatar sua história de luta, levando atividades culturais, sempre em busca de garantir o espaço aos artistas e moradores locais. Ação, infelizmente barrada pelos milhares de problemas que a Casa de Cultura e seus funcionários vêm acumulando ao longo do tempo.

Portanto, a Ocupação Cultural “O que dizem os Umbigos?!”, realizada na Casa de Cultura do Itaim Paulista, não é por acaso...mas sim por descaso! Sucateado pela ausência de investimento, estrutura e organização por parte do poder público nas gestões anteriores, permanece na mesma situação na gestão atual. A falta de equipamentos, recursos técnicos, recursos humanos qualificados, organização interna e o descaso com os artistas e a comunidade local é gritante, desumano e infringe o direito à cultura “garantido” na Constituição Federal, assim como na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Mesmo diante desta realidade e tratamento obtido, o Sarau “O que dizem os Umbigos?!” (que em 2013 completou 4 anos de (r)existência), realizou por 3 anos esta atividade no espaço mencionado, sujeito à boicotes de todos os gêneros. Porém, exaustos de enfrentar os desmandos de um local público, gerido de maneira privada, os Umbigos passaram a realizar o Sarau, na Escola de Samba Unidos de Santa Bárbara (também no Itaim Paulista), a fim de garantir a realização efetiva desta ação cultural, assim como atender dignamente os artistas e público participante.

Demandas urgentes imprescindíveis e óbvias: Devolução imediata da Gestão das Casas de Cultura para a Secretaria Municipal de Cultura; Orçamento próprio e transparência

orçamentária do espaço; Reforma da Casa (atualmente encontra-se depredada, como a porta grande de ferro da entrada quebrada, vazamento nos banheiros; bebedouros enferrujados); Pessoal capacitado para os respectivos cargos (isso implica na troca de todos os funcionários atuais); Permanência da Coordenação no espaço e acompanhamento das atividades culturais, durante sua carga horária de trabalho; Contratação de técnicos de som, equipe de divulgação, bibliotecários, técnicos de luz, seguranças, faxineiros, oficinairos, atendentes, etc; Compra e manutenção de equipamentos necessários para realização das atividades; Equipamentos de Luz e Som de qualidade; Manutenção de banheiros, bebedouros, etc.; Trabalho de divulgação da Casa (informativos e agenda que cheguem ao conhecimento da população, não só sua existência como também as ações desenvolvidas no local); Programação Compartilhada e fiscalização popular; Liberdade de uso do espaço sem a necessidade de ofícios burocráticos (em situações em que a Casa encontra-se vazia); organização para o uso de equipamentos que devem ser marcados, desmontados e guardados pelos técnicos de som contratados após os eventos; mudança do horário de fechamento da Casa de Cultura para, no mínimo, às 22h e a valorização dos artistas locais.

Essa é uma exigência urgente. Tem de voltar para a Secretaria sim. Tem de sair das subprefeituras, urgente. É isso que pedimos.

E palmas para a nossa reivindicação. A periferia está aí para lutar. Muito obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o Sr. Juca de Oliveira, Secretário Municipal de Cultura.

O SR. JUCA DE OLIVEIRA – Foram muitas as intervenções, mas quase todas centradas num tema de insatisfação com o orçamento da Secretaria de Cultura. Aí os argumentos variaram um pouco, mas todos levantando que a Cidade precisa de políticas culturais, que é um direito e faz parte do desenvolvimento da Cidade, inclusive, desenvolvimento econômico.

Não preciso dizer que concordo inteiramente com isso. Agora, sob o ponto de vista da minha função de Secretário tenho de me abster. Isso que vocês estão dizendo é um diálogo já com a Câmara de Vereadores no sentido de estabelecer a conexão com a Câmara e como eles vão tratar o orçamento da Prefeitura, mas por questão de honestidade devo dizer que é muito bom para um Secretário que tenha sua área específica tão mobilizada pela valorização do setor. É o máximo que posso dizer sobre isso.

Vou tentar responder senão todas, quase todas. Só não vou responder a uma porque não é sobre o orçamento. A discussão de política cultural específica sobre coral, mas topo essa discussão porque há dados que deveriam ser tratados de forma muito aberta, mas aqui não é o lugar, no momento, senão vou ter de me estender e vamos abrir uma segunda discussão que não é sobre o orçamento.

Quero dizer que desde que cheguei à Secretaria tenho demandado que as casas de cultura voltem para a Secretaria, pelo simples fato de que fazem parte da estrutura cultural e pública do Município e não se justifica tirá-las e entregá-las à administração das subprefeituras como foi feito nos últimos oito anos. As coisas às vezes demoram no Poder Público, acredito que o decreto do Prefeito já está pronto e certamente, nos próximos dias, as casas de cultura estarão voltando para a Secretaria de Cultura.

Isso me cria um problema enorme porque como você descreveu sobre uma Casa que tem conhecimento, muitas estão sucateadas, sem orçamento, sem funcionários, mas tudo bem, acho importante virem e a partir daí começamos a trabalhar no sentido de colocar essas casas de cultura com pelo menos três funções importantes: levar circuitos culturais com o que não é produzido localmente; criar políticas de formação ao acesso dessas comunidades culturais da Cidade inteira e, terceiro, potencializar, apoiar e fomentar o desenvolvimento do protagonismo cultural local, que é mais ou menos sintetizando o que você falou aqui.

Então isso já está bem resolvido, teve a anuência e concordância do Secretário de Subprefeituras. Isso é uma herança dos dois últimos governos que a gente não concorda e

algumas até viraram espaço de barganha política, e não de prestação de serviços.

A respeito dos CEUs, há uma decisão sendo tomada, o processo está tramitando e perto de finalizar: a Secretaria de Cultura voltará a administrar os CEUs. No dia do lançamento da SP Cine, o Sr. Prefeito voltou a dizer que é uma decisão tomada, então o que estou dizendo não é novidade, mas quero reiterar.

Os CEUs são equipamentos muito qualificados e, junto com os pontos de cultura, talvez sejam as duas maiores invenções da gestão cultural pública nos últimos tempos pelo caráter de integração de cultura, educação e esporte numa ação comum de oferta de serviços e criação de uma plataforma qualificada para que os grupos culturais locais tenham participam e que a comunidade se beneficie com isso.

Essa integração é fundamental do projeto das casas de culturas, mas foi reduzida nos últimos oito anos, então estamos retomando mais ou menos o projeto original do governo da Prefeita Marta Suplicy, criadora desses equipamentos tão importantes. Também os CEUs das Artes estão chegando, pelo Ministério da Cultura, e ampliarão essa rede de equipamentos qualificados, portanto, ampliando a possibilidade de serviços à população.

Há uma discussão altamente relevante que pode ser feita com os Srs. Vereadores, porque o modelo administrativo atual do Município avançou e parou na metade. As Subprefeituras são muito importantes para a gestão descentralizada de um município tão grande, cuja população é maior do que a do Uruguai, por exemplo.

Então, é fundamental descentralizar a gestão, porém não cabe às Subprefeituras administrarem os centros de saúde, a casa de cultura, mas cabe uma função precípua de articular a ação do Poder Público Municipal em cada área, dialogando com a comunidade para que possa haver uma intervenção qualificada e enraizada nas demandas da população local.

É preciso avançar num modelo de descentralização para que a gente possa consolidar, de fato, esse modelo que já existe, mas que é imperfeito, porque não define claramente esse papel das Subprefeituras e, com isso, a gente fica batendo cabeça

desnecessariamente, e acho que a gente está buscando uma racionalidade nesse sentido.

Já existe uma discussão interna no Governo para melhorar esse padrão, mas acho que a comunidade pode ajudar muito nessa questão no sentido de alavancar esse modelo gerencial administrativo que garanta a descentralização da Prefeitura e a possibilidade de um diálogo complexo com as comunidades.

A respeito dos Conselhos, sou absolutamente a favor. Agora o projeto de lei que foi arquivado não serve para a Cultura. É um modelo antigo que servia mais para premiar notórias personalidades da cultura. O Conselho tem o papel decisivo de participar da elaboração, da execução e da avaliação das políticas públicas. Essa é a possibilidade de se institucionalizar esse diálogo que começamos com a Cultura e que se torne algo permanente. E, muito mais do que um diálogo, que se torne uma participação direta nas decisões e nos processos de construção dessas políticas.

Então, estamos elaborando processo de construção dessas políticas. Então estamos elaborando, acabei de receber, quando você levantou eu perguntei aqui, estamos terminando o processo interno de formulação, porque não é fácil numa cidade deste tamanho, se nós formos fazer um conselho muito grande não funciona, muito pequeno não representa. Então a gente tem que chegar a pensar com câmaras setoriais, é um conselho que para funcionar de fato tem que ter uma complexidade que reflita a complexidade da cidade. Então há nenhum interesse de obscurecer, esconder, pelo contrário, eu trabalho já há muitos anos com a transparência e tenho dito quase como mantra que não acredito em política pública construída dentro de gabinete de repartição pública. Nisso eu tenho sido coerente e não esperei junho para ser coerente não. Tenho sido coerente desde o Ministério da Cultura, que a participação é decisiva para que o Poder Público possa acertar na construção, na execução e depois na avaliação das políticas públicas. O conselho está em processo. Agora, não adiantava apenas como um gesto demagógico, restaurar um projeto de conselho que é absolutamente incapaz de cumprir essa função grandiosa. Eu quero a periferia presente nesse conselho,

quero todos os setores culturais nesse conselho, quero a capacidade do conselho avaliar projetos específicos, e para isso vai ter que as câmaras setoriais dando suporte aos conselheiros, porque ninguém entende de todo campo da cultura e, portanto, a gente tem que ter uma capacidade de ao mesmo tempo agregar todo mundo, mas ter a capacidade de tratar dos aspectos particulares. Nós só estamos há dez e poucos meses, são muitas questões, é quase um artesanato a Secretaria pela falta de estrutura. A gente solta o foguete, serve o K-suco, bate palmas e pega a flecha, então às vezes demora um pouco, por isso peço desculpa, mas estamos trabalhando intensamente para satisfazer as demandas que vejo com alegria que correspondem exatamente ao que eu acho que é para onde a gente deve avançar.

Eu não sei onde o Plano de Metas diz que a cultura não vai aumentar a presença, a cultura não vai ser valorizada. Eu não vi em lugar nenhum no Plano de Metas, pelo contrário. Talvez eu esteja dando dado errado, espero que o Guilherme me confirme, que a cultura é quem tem mais metas no Plano de Metas da Prefeitura, o que mostra que há um compromisso da Prefeitura com a cultura, que não havia. É uma novidade isso. Mas o Plano de Metas não fala em dinheiro. Então não sei onde no Plano de Metas que localizaram um enfraquecimento. Eu fiquei preocupado, será que eu não vi, será que essa turma está vendo mais do que eu? Eu já estou usando óculos, mas não é para isso, é para ler de perto só. Não fica só no plano. O plano não fala em dinheiro. O dinheiro é outro departamento. Dentro da parafernália gerencial administrativa, o Plano de Metas você sinaliza quais são as referenciais principais. Se você sinalizar que a cultura é referência principal, você já tem um ganho aí enorme. Não é aí que está localizado o problema. O problema está localizado nos instrumentos que conduzem até a realização da meta. Entendeu o que estou querendo dizer? A preocupação de vocês é minha, agora, eu acho que não está no Plano de Metas, pelo contrário, o Plano de Metas beneficiou significativamente a cultura ao reconhecer que o desenvolvimento da cidade tem que incorporar. Se não me engano, foi a Secretaria que teve mais meta incorporada no Plano de Metas da Prefeitura, o que é um ganho enorme. Então é preciso olhar também com

generosidade para a gente não ver fantasmas em tudo quanto é espaço e documento que a gente não compreender completamente.

Vocacional Ipiá. Nós tivemos uma negociação, não foi das mais difíceis, mas foi uma negociação que em certos momentos tivemos dificuldade de diálogo, mas só para vocês terem a ideia do resultado da negociação, e vou dizer o motivo, em oito anos, os oito anos que me antecederam, o aumento foi de 6%. Eu estou dando um aumento entre 17% e 22%, que iguala esses programas com a Emia, que é o principal programa institucional na área de formação. Sei que a demanda era maior, mas não tenho um saco de dinheiro do lado da minha cadeira para realizar tudo. Tenho de trabalhar com o real. E o aumento é significativo e vocês não de reconhecer.

Porque há esse aumento? Primeiro, pela demanda. Os professores que participam demonstraram muito compromisso com o programa, mas também do lado da Secretaria eu diria que formação será uma das áreas estratégicas da nossa gestão. Não há possibilidade de se fazer com que a Cultura tenha o pleno desenvolvimento sem cuidar da formação.

E formação que eu digo é desde a mais elementar: o acesso às linguagens dentro da escola, nos CEUs, na comunidade através das Casas de Cultura. Tem de ter um programa básico de formação, mas também um de capacitação e especialização. Aliás, até as mais refinadas especializações que as áreas culturais exigem, seja na área artística, técnica ou de gestão. Temos esse compromisso.

O que acontece hoje é uma pulverização de programas. Precisamos juntar tudo e, por isso, na reforma da Secretaria, quero que tenhamos uma área altamente qualificada e capaz de dar conta da complexidade de formação na área de Cultura. Inclusive, não sei se vocês sabem, mas é uma das áreas mais debilitadas no Brasil. Não é debilitada só no Estado ou na Cidade de São Paulo.

Por exemplo, o cinema paulista tem de importar técnicos da Argentina e da Alemanha. Bastou subir um pouco o nível da atividade, já falta técnicos.

Então é preciso qualificar os técnicos e também a área de gestão, seja ela pública, privada ou comunitária.

E é preciso também a área artística ter o devido acesso complexo a todas as dimensões nessa formação. E pretendo desenvolver isso.

Aliás, disse no nosso diálogo: tem tudo a ver com a demanda de vocês. A única coisa que não posso prometer são índices de aumento que eu não tenha condições de dar. Para sair esse aumento, tivemos de ter um diálogo enorme. Também tive de fazer remanejamentos internos, reconhecendo que não haverá desenvolvimento cultural, nem avanço nas políticas se não houver valorização dos artistas, dos técnicos e dos gestores que encaminham a área.

Assim como na área de Educação, os professores precisam ser valorizados, e na área médica, os médicos precisam dessa valorização, também na área da Cultura, seus profissionais devem sê-lo. São coisas imbrincadas e compreendo perfeitamente isso.

A única diferença é que não pude dar o índice – o qual não me lembro o número -, mas era maior do que 22% e, daí, só posso fazer o que me é possível. Não posso dar pulo maior do que minhas pernas permitem.

É verdade que o IBGE constata que a Cultura já tem uma presença – não me lembro quem disse – na economia brasileira e da Cidade de São Paulo. No que tange à economia brasileira é mais do que 5%.

Em torno de 6% do PIB brasileiro é proveniente da Cultura; 7% do emprego formal igualmente provém da Cultura brasileira e, melhor, é mais qualificado, ou seja, paga melhor. Além disso, tem um nível de democratização maior. Muitas vezes, a pessoa não teve uma formação acadêmica, mas possui *expertise* que só ele e, portanto, tem acesso.

Então a Cultura tem de ser vista como uma dimensão simbólica da sociedade; como um direito de todos o acesso pleno à Cultura, seja no sentido da fluência, seja no sentido da expressão; e como economia estratégica. São Paulo ainda está um pouco com a

mentalidade da cidade industrial, mas já não somos uma cidade industrial e, sim, de serviços e que tem enorme vocação cultural.

Se chegarmos à dimensão cultural do tamanho da importância econômica da Cidade, realizaremos uma revolução no Município e é isso que precisa ser feito. Por isso, a Cultura precisa ser valorizada. É um direito da cidadania e é uma dimensão da vida.

Nós não nascemos apenas para trabalhar, o ser humano precisa de uma subjetividade complexa, entender o mundo, se realizar lendo e produzindo símbolos e pela dimensão econômica que a cultura tem na cidade e que precisa ser liberada, porque é reprimida na Cidade, que tem uma visão equivocada, pensa que a pessoa acorda para trabalhar, depois volta para casa para dormir e no outro dia de manhã volta a trabalhar depois de repor as energias.

São Paulo é uma das cidades mais importantes culturalmente do Brasil, a periferia é riquíssima em cultura, as linguagens artísticas, a cultura e a produção contemporânea são fundamentais. Recebi um grupo de artistas alemães, uma rede, que vieram conversar e disseram que São Paulo hoje é a capital da arte contemporânea no mundo. Daí eu perguntei se não era Berlim e ele disse que Berlim está cansada, sem criatividade, é São Paulo e estamos acompanhando o desenvolvimento cultural e ele disse que parte dessa produção contemporânea não tem visibilidade e precisa ter. Portanto, estamos de acordo com o que falaram.

As emendas que se referiram estão congeladas, não podemos usá-las e concordo inteiramente com o Vereador Fiorilo que disse que muitas vezes não é através da emenda porque ela pode ficar congelada e não é aplicada, então, é preciso nessa conversa com a Câmara Municipal que vocês tenham a noção exata de realizar os desejos e as intenções políticas de vocês.

CEUs e Virada. Tiveram Viradas em 10 CEUs, não em todos. E o que se constatou em 2008 é que não enchia porque as pessoas queriam vir para o Centro conviver no momento

da Virada, os espaços ficavam meio cheios, meio vazios. Então, constatou-se que era melhor potencializar a Virada no Centro porque como a Cidade não tem praia, os espaços públicos são criminalizados, pouca convivência na Cidade, a Virada era um momento excepcional e havia um desejo de vir para o Centro e conviverem pobres e ricos. Não tenho nada contra fazer se houver uma necessidade e as pessoas quiserem, mas o que eu não aceitei foi uma indução verbalizando de que era melhor que o pessoal da periferia ficasse lá para evitar problemas de segurança. Isso é uma discriminação e um absurdo em termos de projeto social, mas não tenho nada contra a acontecer na periferia. Há uma pesquisa em relação a isso e o que as pessoas mais valorizam, além de assistir os espetáculos é a convivência, que é muito importante para a constituição de uma sociedade de iguais dentro das diferenças.

A questão das homenagens, eu não sabia, não sei por que foram suspensas e não tenho condições de me posicionar. A questão do Mário de Andrade, pedi para ligarem para o Diretor, o problema é que a SPObras não entregou a obra completa da Mário de Andrade, então, é preciso acompanhamento porque está precário o uso, mas já há uma parte que é consulta direta e assim que acabar a obra será consulta direta, não há nenhuma intenção repressiva de não ter. Seria uma loucura você comprar um jornal, disponibilizar, mas reprimir o acesso. Desconfiei de que tivesse algo errado aí.

A maioria das intervenções foi sobre temas que representam muito mais o diálogo entre vocês e os Srs. Vereadores.

Meu Secretário-Adjunto gostaria de se pronunciar.

O SR. ALFREDO MANEVY – Eu só queria fazer um comentário extra sobre as metas, sobre um tema já abordado pelo Juca.

As metas realmente refletem um número muito significativo no conjunto geral e já impactam o Orçamento desse ano. Depois eu queria mostrar para vocês o valor na área de...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Alfredo, por gentileza, fale o seu nome, para que conste das Notas Taquigráficas.

O SR. ALFREDO MANEVY – Alfredo Manevy, Secretário-Adjunto de Cultura. Boa tarde. Desculpe-me começar assim, sem uma introdução. Agradeço à Mesa pela oportunidade

de falar.

Só para reforçar que, de fato, as metas já impactam o Orçamento – depois eu queria compartilhar –, e ela se refletem já no nosso Orçamento até o final do mandato.

O SR. JUCA FERREIRA – É, para finalizar, o companheiro ali de amarelo, do Fórum, que eu me esqueci.

Ele estranhou que o documento da mensagem do Governo para a Câmara, onde tem a proposta de Orçamento para 2014, seja um documento da Sempla. Mas é assim: a Secretaria de Planejamento é responsável por articular todas as demandas das secretarias e canalizar como um projeto da Prefeitura para a Câmara. Então, até ser aprovado, é um documento e uma responsabilidade da Sempla. Houve algum equívoco na sua leitura, porque, na verdade, eu, depois que você falou, eu mandei consultar, parece que vocês não incluíram custeio, porque, incluindo custeio, se for só para a Fonte 00, o nosso orçamento é 1,24 do total da Prefeitura, e, se for para o Orçamento total da Prefeitura, com as outras fontes, é 0,89%. Só para ser preciso, porque você falou em 0,60, e eu estranhei um pouco. Não há nenhum manejo, nenhum subterfúgio. Esse é o número. A gente pode passar para vocês depois os números, que são os números oficiais que nos foram passados pela Sempla.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JUCA FERREIRA – Antes de ele sair, ele me disse que acertou com você. Estou inteiramente de acordo com tudo que contribua para tornar mais transparente e possibilitar que vocês lidem com os números corretos. A Secretaria está à disposição.

De vez em quando a gente diz coisas que eu não sei da onde a gente tira, e eu acho que a gente tem que ser responsável com o que diz.

Alguém disse aqui que cada diálogo custa 60 mil. Não custa absolutamente nada. Eu pego o carro, vou onde tem o diálogo. Quer dizer, custa dois, três litros de gasolina, e na reunião eu gasto a minha saliva apenas. Então eu não sei da onde foi tirado isso. E, se for incômodo, a gente para de dialogar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JUCA FERREIRA – Não, deixa eu explicar. Isso é um programa. Eu preciso construir, cada vez mais, institucionalizar o diálogo. Sabe por que eu criei o programa *Existe diálogo em SP?* No primeiro mês, todo mundo que entrou em minha sala, todo mundo que entrou em minha sala – fosse de comunidade, de área artística – dizia o seguinte: “Não existe diálogo em SP; é preciso construir diálogo em SP; aqui o Poder Público não dialoga”. Então

disse: “Então pronto, existe diálogo em SP”. E nós temos dialogado com setores, com bairros, com [diálogos] temáticos, e estamos construindo diálogo. E nós não gastamos, de graça, um quarto do tempo da Administração, não. Nós já descriminalizamos o funk – porque todos aceitam na cidade que eles não representam nenhuma insegurança para as celebrações feitas na cidade. Botamos no aniversário da cidade, botamos não Virada e em todas as celebrações. Estamos dialogando com todos os setores da cidade. As primeiras políticas públicas fruto de desse diálogo já começam a ganhar conformação através de uma escuta privilegiada. Eu falo muito, porque sou baiano e baiano gosta de falar, mas ouço mais ainda. E tenho ouvido. Até da colônia dos bolivianos, discriminados na cidade, com alguns vivendo inclusive situação de escravidão. Já fizemos um *Existe diálogo em SP*, que é uma atividade básica para a mudança do padrão de qualidade do Poder Público. Isso não é um problema técnico e nem só de dinheiro, é também de postura, de responsabilidade, de respeito à cidadania. E eu acho que esse programa de diálogo tem mudado o paradigma da relação do Poder Público, e está ajudando a mudar, melhor dizendo, o paradigma da relação do Poder Público com a comunidade. Transparência e diálogo são duas coisas fundamentais. E o dinheiro que está sendo previsto é para possibilitar a promoção de processos de desdobramento. O diálogo custa muito pouco. Eu falo muito, ouço muito. Os meus assessores anotam as demandas, que são processadas tecnicamente, internamente, vendo como assimilá-las. São 500 anos de demandas – não tenho condições de assimilar imediatamente –, outras têm 30 anos, muitas têm 8 anos de demanda, mas estamos processando e estamos vivenciando um processo. Eu só acredito em política pública de cultura construída assim. Uma vez, quando eu era de um ministério, um Ministro ligou para mim: “Não dá para administrar esse negócio aí sem tanto barulho, não?” Porque era crítica, debate, política de direito autoral. Eu disse: “Não, aqui é assim, quanto mais barulho mais a cultura está viva”.

Muito obrigado.

P – Obrigado, Secretário.

Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, aqui representado pela Secretária-Adjunta Larissa Beltramin; Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, que aqui será representada pela Chefe de Gabinete Adriana Palheta; e a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, representada pela Secretária Luciana Temer.

Tem a palavra a Secretária Luciana Temer.

A SRA. LUCIANA TEMER – Boa tarde a todos que ficara, já que o público era todo

do Juca. Queria propor uma reflexão sobre a questão do Orçamento.

Esse público era claramente da Cultura, pois estava brigando pelo Orçamento da Cultura. Estranha-me que tenha até pouca gente da Assistência Social, porque é um movimento bastante engajado também, e que briga muito pelo seu Orçamento. Assim como eu sei que na audiência pública de Saúde brigaram pela Orçamento da Saúde, da Educação. O fato é que todos os setores brigam pelos seu orçamentos, e isso é o correto a se fazer. E nós, como secretários, também tivemos a nossa fase de elaboração...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Secretária, me permite? Eu pediria que quem já participou deixasse o plenário, senão vai interromper, atrapalhar os trabalhos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - No 1º Subsolo, é isso? Uma reunião de avaliação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE – Acharia saudável, elegante e extremamente importante.

A SRA. LUCIANA TEMER – Tem uma fase anterior a essa aqui, e mesmo anterior à elaboração do Orçamento pela Secretaria de Planejamento, que é a briga de cada um dos secretários pela sua pasta. Então cada um dos secretários enviou uma proposta orçamentária da sua área para a Secretaria de Planejamento, que se deparou com a seguinte situação: com uma demanda orçamentária que era duas vezes o valor de recursos da Prefeitura para 2014.

Ora, cada Secretário brigou pelo seu orçamento...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUCIANA TEMER – Cada Secretário brigou pelo seu orçamento, só que chegou essa situação na Secretaria de Planejamento. E aí a Secretaria de Planejamento, e essa é uma decisão de governo, tem que fazer as adaptações – e fez isso em parceria com as Secretarias, não de forma de autoritária, porque pediu para que cada Secretaria repensasse o seu orçamento dentro dessa dinâmica. E o que nós temos que enfrentar hoje é o orçamento possível. Então só 2% para a Cultura, que eu acho o máximo, significa menos por cento para alguém. Eu gostaria de 3% para a Assistência Social, o que significaria menos por cento talvez para a Cultura. Então temos de trabalhar com essa lógica, porque essa é a lógica de Governo. Existe um recurso finito, e ele precisa ser repartido. É lógico que as prioridades têm de ser estabelecidas, e esse estabelecimento de prioridades têm de ser feita nessa discussão com a sociedade. Agora, temos nichos na sociedade, e cada um vai defender o seu. E é preciso fazer

essa adequação.

Coloco-me abertamente para discutir o orçamento da Assistência Social. Mas tenham essa lógica: de que o Orçamento é dividido entre todas as Secretarias. Então a sociedade, na verdade, deveria dar um passo nessa discussão, porque discutir apenas o dinheiro, apenas, o Orçamento, é algo que a gente vai ficar cada um brigando pelo seu, quando, na verdade, talvez tivéssemos que discutir a forma de gestão desses recursos, que são finitos. E aqui eu faço uma defesa explícita do Governo do Prefeito Fernando Haddad, que tem demandado a cada um dos secretários uma ação integrada. E é essa ação integrada entre as secretarias que vai fazer com esses recursos, que são parcos e finitos, se otimizem. As audiências públicas para discutir os orçamentos são importantes, porque tratam do orçamento de cada pasta, mas temos de pensar numa lógica de otimização desses recursos. E daí a briga pela intersectorialidade. A Cultura está intimamente ligada à Assistência Social, que está intimamente ligada às outras duas secretarias que estão aqui e que vão falar em seguida. Está intimamente ligada à Saúde, intimamente ligada à Educação. Não dá para fragmentar tanto assim.

A minha proposta é me colocar à disposição para discutir o orçamento da Secretaria de Assistência Social, que é bem menor do que nós gostaríamos que fosse, mas é o orçamento possível.

Também por uma demanda permanente do Prefeito, a Secretaria de Assistência Social, este ano, conseguiu dobrar o valor dos recursos federais. Tínhamos cerca de 35 milhões de recursos federais o ano passado, e este ano teremos 68 milhões em recursos federais. Estamos brigando por esses recursos. Isso é um coisa importante.

Outra decisão importante, que é de Governo, e está nas metas, é podermos aumentar ainda mais a possibilidade desses recursos quando melhorarmos o cadastramento do Cadastro Único e do Bolsa Família. Recebemos, hoje, cerca de um milhão de reais por mês, o chamado IGD Bolsa Família, e nós podemos vir a receber dois milhões por mês se melhorarmos o nível de cadastramento. Então também temos que pensar nisso: o que vai otimizar os recursos públicos.

Estamos trabalhando com essa lógica. O Governo está trabalhando com a lógica de buscar recursos de fonte externa, já que os recursos do Tesouro Municipal têm de ser repartidos – cada um dos Secretários está buscando esses recursos de fontes externas –, e trabalhar com a lógica de otimizar, buscar mais recursos federais e otimizar esses recursos

internamente por meio de ações intersetoriais.

É isso. Coloco-me à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – tem a palavra a Sra. Larissa Beltramin, Secretária-Adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

A SRA. LARISSA BELTRAMIN – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, agradeço ao Presidente da Mesa, o nobre Vereador Tatto; também agradeço ao Vereador Tripoli, Relator da Comissão de Finanças; ao Vereador Paulo Fiorilo, Relator do Orçamento de 2014.

Pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, vou fazer uma breve contextualização.

O nosso orçamento para 2014 tem uma relação direta com todo o processo de reestruturação que a Secretaria passou, no início do mandato. Então, para quem olha o Orçamento de 2013, a sua configuração e como ele está estruturado, em 2014 ele tem diferenças, porque mudaram as suas competências em relação aos temas, a partir da evolução que tivemos na organização administrativa do que era a antiga Comissão Municipal dos Direitos Humanos e a antiga Secretaria de Participação e Parceria, que se tornou a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Então, na visualização da série histórica do orçamento e da organização administrativa, isso fica evidenciado.

A Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania se reestrutura para começar a articular um conjunto de políticas setoriais na agenda de direitos humanos e também de participação social, no conjunto do Governo, reforçando, cada vez mais, o seu papel na articulação da transversalidade dessas políticas. Assim, executa algumas ações, e, para isso, tem a previsão de orçamento específico. Mas boa parte do orçamento na pauta de direitos humanos estão nas outras secretarias, como a Luciana falou – um exemplo específico de uma política que estava na Assistência Social é a população de rua. Quer dizer, a Secretaria articula, tem algumas ações específicas de mobilização, de estruturação do comitê, alguns projetos complementares, mas o orçamento mais carregado está relacionado à Assistência Social, Habitação, Trabalho, Pronatec, etc. e tal. Olhar o orçamento da área de direitos humanos não é o olhar o orçamento da Secretaria. Obviamente, a Secretaria tem uma parte do Orçamento em sua competência.

Então, o nosso Orçamento está previsto com essas duas grandes áreas, de participação social e da política de direitos humanos, e também de cada vez mais começar a

fomentar novas formas de diálogo, de participação social, como os diálogos sociais que estão acontecendo na Cidade. A exemplo do que o Juca falou, lá na Cultura existe o diálogo em ST. Na Secretaria de Direitos Humanos, a gente tem feito os diálogos STDH, no conjunto de temas e de públicos, movimentos que a gente se relaciona de forma mais direta.

Então, a Secretaria tem essas coordenações que, na estrutura anterior não existiam. Muitas delas, educação em direitos humanos é nova; juventude tinha; direito à memória e verdade também é uma área nova; população em situação de rua teve a transição da coordenação da política para a nossa Secretaria; criança e adolescente, tínhamos já o CMDCA e o Fundo, mas uma coordenação da política da criança e adolescente ela é nova; políticas para LGBT já era uma área existente, então tem um orçamento um pouco maior previsto para o ano que vem; idosos também existente e, agora, tem, aí, todo o trabalho de fortalecimento da política dos idosos no âmbito do Programa de Metas, que foram cinco metas; para migrantes, também uma coordenação nova e, aí, as assessorias especiais que tratam do tema da política sobre drogas, segurança pública e direitos humanos e trabalho decente.

Então, esse é o conjunto de temáticas na área de direitos humanos que estão em nosso leque de responsabilidade e o Orçamento para 2014, na forma como está previsto já na Lei Orçamentária e no PPA, nós optamos por uma forma de apresentar o Orçamento de acordo com os temas para conseguir dar maior transparência e visibilidade àquilo que é ação programática da Secretaria e não no formato que está o Orçamento 2013, que era uma rubrica mais genérica de ações gerais das coordenações, onde não era possível saber, tema por tema, qual era o orçamento aplicado.

Aqui na área de participação social, então, a coordenação da política municipal, dos diálogos, a parte de cidadania digital. E a parte mais gerencial o que temos visto, na construção do nosso orçamento, também a necessidade de olhar para os investimentos de orçamento, no que se refere à área de gestão estratégica, já que a Secretaria tem um papel fundamental de fazer a gestão da transversalidade. Então, da gente investir na parte de

informações em direitos humanos, relatórios e conseguir fazer disso um trabalho que consiga fortalecer o trabalho do conjunto das Secretarias.

Aqui, a previsão dos dez colegiados que estão vinculados à nossa estrutura. Então, tem previsão orçamentária de recurso para garantir a infraestrutura para o funcionamento dos conselhos, que era um recurso não era previsto. O que estamos falando é ter computador, ter impressora, ter infraestrutura para poder fazer o trabalho de articulação territorializada.

O Orçamento, então, previsto na LOA, a Secretaria tem 19 ações orçamentárias; 13 metas do Programa de Metas. O número de metas não corresponde ao tamanho do Orçamento. A gente também é a favor dos 2%. A Cultura e Direitos Humanos são coisas indissociáveis. Quer dizer, para a gente promover uma cultura que não trata da violação, mas que trata da promoção dos direitos humanos, é fundamental ter esse trabalho muito conjunto.

Na nossa proposta orçamentária, então, o valor do Orçamento previsto na casa dos 60 milhões. Isso significa que são 6,5 milhões para pessoal; o custeio da máquina, 13 milhões; custeio das ações finalísticas, previstas no PPA, 24 milhões e o orçamento específico de Programa de Metas, em si, 16 milhões, dos quais 2 milhões previstos de recursos federais, para os quais a gente pretende ter mais recursos ao longo do ano que vem também.

Aqui é um extrato que está previsto no Programa de Metas no Simesp, que é o Sistema de Gerenciamento das Metas, junto com a Sempla. Aqui as 13 metas listadas. Em cada uma delas a gente abre o plano de ação. E, aí, sendo aprovado o Orçamento, a execução dos valores.

O Programa de Metas é importante retomar. Quer dizer, tem as metas que são da responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, mas muitas metas são outras Secretarias que são responsáveis em temas de direitos humanos.

Aqui é o orçamento geral, tema por tema. Então, aqui é uma visualização geral que permite a gente saber, ao invés de colocar como ações gerais das coordenações o nosso orçamento na peça orçamentária, já é possível saber tema por tema aonde é que vai se dar a

aplicação dos recursos. E a gente pretende trabalhar isso também com o desafio de fazer a compilação e a gestão do orçamento dos temas relacionados à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania com as outras Secretarias. Então, aqui são os temas população em situação de rua, que é meta 12, o orçamento previsto para 2014 e o indicativo para 2015/2017, já que estamos falando de PPA.

Essa apresentação também está disponível para todo mundo. A gente pode colocar, também, no nosso portal para facilitar o acesso.

Juventude Viva, meta 43, 5 milhões; combate à homofobia, meta 61, 3,8 milhões; ouvidoria municipal de direitos humanos, que está em fase de projeto de lei, para o ano que vem o início da estruturação, 400 mil; educação em direitos humanos, também uma área nova, 1,2 milhão; direito à memória e à verdade, por volta de 1 milhão; política de migrantes, 650 mil; capacitação de conselhos tutelares, 500 mil; idosos, a parte de mobilização da campanha contra a violência, 230 mil; a UAP, que é a Universidade Aberta, 1,24 milhão; a criação de novos conselhos, a ação não orçamentária; os recursos para as conferências que a Secretaria vai realizar no ano que vem; a infraestrutura para órgãos colegiados, 200 mil; o projeto da ocupação do espaço público pela cidadania, 5,2 milhões; criança e adolescente, aqui um orçamento para ações complementares, 1,100 milhão; a manutenção dos conselhos tutelares, a gente está em fase de transição; a manutenção da ouvidoria, que, como será implantado o ano que vem, é só um recurso inicial e de 2015 para frente vai ter um recurso mais de custeio; e a incubadora de projetos sociais, aquele equipamento que fica no Cambuci, que é uma área de financiamento de projetos complementares e de inovação, e que funciona junto com o polo do idoso.

Então, o nosso orçamento está delineado de uma forma mais temática.

Aqui é uma complementação, porque é uma unidade orçamentária diferente. É no âmbito da Secretaria, mas é um orçamento à parte, que é o Fundo da Criança e Adolescente. A previsão dele é de captação no mesmo valor, um pouquinho maior do que vem nos últimos

anos, então, de 87 milhões de captação a previsão para apoiar os projetos; 82 milhões para os projetos das organizações da sociedade civil e a administração do conselho em torno de 5 milhões. Esse é um fundo super relevante para colocar a política da primeira infância como uma pauta prioritária na Cidade.

Então, em termos de apresentação inicial, para que a gente possa tirar dúvidas, esse é o orçamento geral da Secretaria que, agora, está aqui na Câmara para votação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigada, Larissa.

Agora, a palavra para Adriana Palheta, Secretaria de Promoção e Igualdade Racial.

SRA. ADRIANA PALHETA – Boa tarde para os sobreviventes.

A Secretaria de Igualdade Racial é nova, que incorpora os trabalhos da extinta Coordenadoria de Assuntos da População Negra.

Ela foi organizada em duas coordenadorias técnicas: uma Coordenadoria de Ação Afirmativa e a outra Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Comunidades Tradicionais, que absorve o trabalho feito anteriormente.

Vamos atuar com dois conselhos – Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Antes só havia o Conselho Gestor da Coni, esse conselho fica extinto por força de lei. E o Conselho Municipal dos Povos Indígenas.

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial está em um processo de regulamentação. Em breve, devemos chamar nova eleição.

A Secretaria nova passa por uma dificuldade de não ter parâmetros de custeio. No entanto, a gente consegue, dentro da estruturação das primeiras Secretarias que eram de pequeno porte, ter uma ideia e partir dos programas estratégicos e fundamentais para que a Secretaria funcione.

Vamos trabalhar, inicialmente, com duas metas no Plano de Metas, que foi a efetivação da Secretaria e a implementação da 10.639 e da 11.645.

É uma Secretaria transversal. Portanto, um dos grandes desafios, daqui para frente, é que a gente consiga construir a nossa intersectorialidade para a implementação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que está em fase de discussão.

Falamos de um segmento que corresponde a 36,43%, segundo o censo do IBGE, só de população negra. Do ponto de vista da população indígena, falamos de cerca de 15 mil que vivem organizados, aldeados ou não, mas ainda é necessário se aprofundar esse estudo, que nem a Funai conseguiu fazer, tendo em vista o indígena urbano.

No que diz respeito aos programas estratégicos, nosso orçamento é enviado para a Câmara, de 11 milhões 58.968. Desses, 500 mil estão para investimento na aplicação da Lei 10.639 e 11.645.

A administração da unidade, assim como os convênios, estão previstos 6 milhões e 638 mil.

A manutenção do sistema de comunicação e informação, estamos prevendo 120 mil reais. Isso tem a ver com a implementação do observatório. É uma estrutura que foi criada no processo de aprovação, porque consideramos necessário que se construam indicadores e haja um aprofundamento maior, principalmente na questão da análise do quesito diversos Secretarias.

A realização das conferências temáticas. Em 2014, nós temos a previsão da realização da Conferência Indígena. Neste ano, já foi a Conferência de Promoção da Igualdade Racial. E as ações do Plano Juventude Viva.

Não vou me estender muito. A gente conta com um grande apoio da Câmara, em especial para os programas estratégicos.

Temos grandes prioridades. A 10.639 é uma prioridade estratégica da Secretaria porque acreditamos que já se passaram dez anos da Lei. É preciso que se implemente definitivamente o conteúdo transversal, inclusive da 11.645, que são as lei que preveem a transversalidade da história afro e da história indígena nos conteúdos da Educação.

Existe um GTI constituído. Então, o processo de PPA, do Plano de Metas e a própria elaboração orçamentária, já foi feito pactuado entre quatro Secretarias, contando com SGM, Educação, Esporte e Cultura.

Iremos, agora, para o segundo passo, que é pactuar o plano municipal de promoção da igualdade racial e fazer uma construção integrada com todas as pastas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

Temos, aqui, três inscritos. Devido ao tempo exíguo, alguém retira a inscrição?

(Pausa)

Tem a palavra a Sra. Penha, Assistente Social.

A SRA. PENHA – Boa tarde a todos.

Secretária, eu me assustei também com a não presença das pessoas que há muitos anos vinham aqui e para as outras pessoas das outras Secretarias, talvez, faltou articulação. A articulação com a população é efetiva para dar apoio para a sustentabilidade do Orçamento.

O Secretário de Educação nem veio hoje, mas, realmente, fiquei surpreendida porque eu nunca vi isso acontecer aqui.

Mas só estou dando um toque para vocês porque, talvez, tenha sido fragilidade nessa articulação.

Com relação à Assistência Social, Secretária, particularmente, a questão dos moradores de rua e a integração entre as Secretarias. Eu gostaria que a senhora nos posicionasse como está esse relacionamento, porque no mês de julho ou agosto, houve uma primeira inauguração da praça digital na Dom José Gaspar. Eu sou moradora do Centro e sempre convivi com os moradores de rua que estão ali.

No dia da inauguração, eu fiquei surpresa porque os diversos moradores que estavam e também as pequenas barracas estavam lá junto. Aí percebi que não tinha uma integração de Secretaria, porque se quer se facilitar o contato da população com o meio digital

na praça, a praça tinha de ter um determinado resguardo, uma segurança. As pessoas não se sentiam seguras, até porque o uso da drogadição ali é alto.

Estranhei a ausência da Secretária nesse evento e acho que em todas as atividades, todas as Secretarias que fazem esse relacionamento com a área pública, devem ter a presença da Secretaria de Assistência Social. Temos de ter as articulações das Secretarias. Não podemos entrar em uma divergência. Temos de entrar em uma integração e se a integração não parte do Poder Público fica difícil a população fazer essa integração.

E gostaria que a senhora desse um parecer a respeito da política do Caps. Fala-se muito da fragilidade do Caps e tivemos duas gestões seguidas em que houve um desmonte descarado.

Então, gostaria de saber qual é a projeção para esse equipamento que é tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Vou falar sobre direitos humanos, assistência social. Se estivéssemos falando sobre transporte, que rola umas “graninhas”, estava lotado aqui.

Então, estou falando da parte humana, cultura: verba zoada.

Assistência Social tem de disputar a verba com a Segurança, que é um conflito direto. O pessoal dos Direitos Humanos fala do Funcad, o Orçamento também baixo.

A questão racial, batata, né: 11 milhões, sendo que estamos falando de situações da Cidade.

A Assistência Social, aqui tinha de estar lotado porque vocês têm os convênios. Por que o pessoal do convênio não está aqui?

E, aí, os educadores sociais, eu que faço parte disso, como educador social e, aí, o meu conflito maior porque você trabalhar em MCE é justamente os adolescentes que estamos falando que estão sendo mortos pela Segurança Pública.

E, aí, você tem alguns problemas sérios, principalmente a não valorização dos

educadores sociais. Os educadores sociais têm de ficar três meses no atendimento. Como que você vai dar sequência de uma educação dessas?

Qual o impacto dessas instituições na área social da cidade de São Paulo, porque a gente também conhece a situação das pessoas em situação de rua – que é uma população que aumentou.

A Assistência Social tem de garantir o acesso ao direito. Será que a Assistência Social está garantindo esse direito para dar continuidade na questão racial, dos direitos humanos e às outras áreas. Como a Assistência Social trabalha com isso? Por que não articulou com as instituições que recebem esse dinheiro público?

A Globo, ontem, declaradamente zoou toda a situação dos pretos aqui. Vocês não vão pedir o direito de resposta? É Fantástico ser racista no Brasil.

Acho que a Assistência Social tinha de ter um orçamento de, pelo menos, 10%. E, Luciana, o Vice-Presidente é da família, então tem de dar uma ideia lá para essa grana vir para cá.

Vou falar só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Robson.

O SR. ROBSON – Boa tarde a todos.

Até nem vou discutir o Orçamento aqui porque isso, para mim, é uma “barela” das “barelas”. É chorar migalha ano após ano. É uma briga para sair do atoleiro sempre, porque se chora sempre por migalhas.

Mas gostaria de saber, por exemplo, se a Secretária poderia me dizer especificamente qual é a verba para a população de rua? Porque verba do serviço social é genérica, é para todas as categorias. Eu queria saber a específica para a população de rua. Onde é que está a rubrica, porque esta Casa nunca pensou na rubrica específica para a população de rua.

Então, era isso que eu gostaria de saber. E uma explicação, que eu não sei se isso

compete à Secretaria de Assistência social ou direitos Humanos. Eu até entendo que a gente deve homenagear os coitados que morreram, que foram massacrados, a população de rua, mas criar um monumento em memória para o morador de rua!? Pelo Amor de Deus! Estamos falando em falta de verba e querer criar monumento?

Eu gostaria que fosse explicado melhor por que querem criar um monumento em respeito, em consideração à população de rua na cidade de São Paulo, porque não estou entendendo isso.

Outra questão. Não estou aqui para brigar com o Governo. Quero construir junto. Quero lutar junto e chegar junto, e, mesmo sendo presidente fundador do movimento de situação de rua, ainda hoje passo necessidade porque não sou aposentado, não tenho verba, tenho câncer e não recebo benefício nenhum do governo.

Com R\$ 238,00, alimentei 400 crianças e dei brinquedos a elas no último dia 02, no Pérola Byington. Então, às vezes, escuto falar em milhões e não vejo nenhum avanço. E vocês querem saber por que os conveniados não estão aqui? Por medo, por medo.

Eu gostaria de saber dos direitos humanos, na questão da verba, dos trabalhos, o que estamos pensando, de fato, para o que é de direito da comunidade em situação de rua. E estão faltando os seus direitos humanos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Robson. Tem a palavra o Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO – Obrigado, nobre Vereador Jair Tatto. Esclarecendo que a Sra. Tatiana e a Sra. Socorro também têm perguntas para a Secretária Luciana Temer.

É com pesar que vemos aqui as péssimas políticas públicas para a cidade de São Paulo que, inclusive, foi discutido na primeira audiência em Sempla e a própria Secretária Leda Paulani já confessou. O orçamento de 2013 para Assistência Social foi de R\$ 337 milhões, e sabe quanto será para o ano que vem? R\$ 195,6 milhões. Houve uma queda de R\$ 140

milhões de reais na Assistência Social. Então, a gente quer saber para onde foi remanejado esse dinheiro, porque é realmente lamentável para a Assistência Social, que precisa de mais orçamento e, no entanto, cada vez perde mais orçamento.

Até o próprio Fundo Municipal de Assistência Social, cuja verba aprovada para este ano foi de R\$ 796 milhões, terá orçamento de R\$ 771 milhões. Quer dizer, menos R\$ 25 milhões de reais. Então, mesmo com o aumento de R\$ 10 bilhões do Orçamento, ainda se reduz verba do Fundo Municipal de Assistência Social.

A gente quer saber o que está acontecendo na área de Assistência Social. Por que penalizar mais ainda os segmentos vulneráveis das mulheres, da população negra, dos moradores de rua, dos idosos e da juventude, enviando verba para o segmento bilionária dos transportes, por exemplo? O nobre Vereador conhece muito bem as comparações tarifárias, pois atua na área dos transportes: o Orçamento prevê R\$ 1,6 bilhão de reais para o ano que vem. Quer dizer, onde estão os direitos humanos na cidade de São Paulo?

A questão do CRAS: Serão mais 16 novos CRAS em 2014. Aliás, não entendemos porque a região de São Mateus ganhará dois CRAS, Itaquera ganhará um e Ermelino Matarazzo não ganhará nenhum. Qual foi o critério para a divisão dos CRAS na cidade de São Paulo? O Comas foi consultado sobre essa divisão? Houve critério participativo, de carência?

É preocupante saber que haverá, até 2017, somente um novo CREAS para a zona Leste, que será na Cidade Tiradentes. Os outros bairros como São Miguel, Itaquera, Águia de Haia, também precisam de CREAS, e não estão sendo atendidos. Então, onde estão os critérios participativos e sérios para a questão da divisão da verba de Assistência Social?

Por que não chega a 10% da execução mínima para o Fundo de Assistência Social? A gente precisa urgentemente de um esclarecimento sobre isso. Também a verba da Secretaria, que teve 49% de execução orçamentária, considerando liquidado, até agosto de 2013. Realmente está se gastando pouco em Assistência Social, e vemos que está se gastando mais em outras áreas menos prioritárias.

Também gostaríamos de saber sobre o programa Renda Mínima, como está sendo executado na cidade de São Paulo.

É um absurdo ainda dividir a cidade em Coordenadorias Regionais de Assistência Social. As Coordenadorias têm de estar concentradas nas Subprefeituras. A Lei 13.399/2002 prevê isso, que tem de haver uma Coordenadoria em cada Subprefeitura.

A CRAS da zona Sul executou R\$ 385.000,00 e a Norte executou R\$ 219.000,00 sendo que todas receberam a mesma verba orçamentária. Por que está havendo essa diferença entre as Coordenadorias, uma gastando pouco e a outra gastando mais?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Tatiana.

A SRA. TATIANA – Boa tarde a todos. Quero falar sobre São Miguel Paulista, um bairro que está esquecido. No dia 01 de fevereiro, um espaço público da Prefeitura, debaixo de um viaduto, naquela região recebeu verba desta Casa de R\$ 250.000,00, e abandonaram o espaço. Ocupamos aquele espaço, levamos o Bolsa Família e não houve assistência. Algumas pessoas conseguiram o cartão do Bolsa Família, outras não.

Então, ligamos para a Prefeitura, que nos responde: Vai para ONG. Vamos até o CRAS, está sem sistema. Protocoliei vários documentos no CRAS, mas não há atendimento. Conseguimos religar a luz junto com o pessoal da comunidade naquele espaço, mas para instalação de água é necessário um uso de permanência da Prefeitura.

A ONG faz um trabalho social naquele espaço, mas não recebemos apoio nenhum da Prefeitura. A população do bairro de São Miguel está esquecida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde a todos. Tenho três perguntas à Assistente Social dos direitos humanos. O que você tem a dizer sobre o Fundo do Idoso que foi

assinado no dia 21 de dezembro de 2012? Porque agora a gente não pode entrar no plano de metas porque estamos perdidos, sem saber quem pode nos ajudar.

Sou do Conjunto Habitacional Águia de Haia e quero saber como podemos ter conhecimento se a própria Subprefeitura não nos informa nem entra em contato conosco? O CRAS, o CREAS, o SUAS, já mudaram de endereço cinco vezes. E não sabemos como localizá-los. Já procurei o endereço, porque a ONG Nosso Sonho e a população periférica vai lá procurar saber do Bolsa Família.

E agora existe um projeto, que não sei se é do governo municipal, se é particular, em que a Eletropaulo manda um funcionário bolsista para atender a população. Mas esse funcionário, depois, some. Pega os nossos documentos, faz o cadastro, mas eu quero saber se isso é legal, é sério.

E sobre o idoso nem falo mais porque cansei. Finalmente eu quero saber o que podemos transmitir realmente para a nossa região de Itaquera, que é esquecida; só é lembrada a Copa do Mundo, o resto que se dane.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. José Roberto de Oliveira e Silva.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA E SILVA – Sou do Conselho Gestor de Saúde, também do orçamento participativo, e também do idoso. Tenho uma pergunta à assistente social. Existe verba destinada no orçamento para os albergues? E, na gestão passada, foram feitas parcerias com albergue. Isso vai continuar?

Referente aos idosos, como está a situação do orçamento para os idosos? E a respeito da Secretaria dos Idosos?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Roberto Ribeiro.

O SR. ROBERTO RIBEIRO – Sou da Educafro, sou acadêmico de Psicologia e,

inclusive estou participando desse plano de promoção da igualdade racial em São Paulo.

Quero enfatizar aqui uma questão: “originário do direito americano, o termo ‘ação afirmativa’ caracteriza-se pela aplicação do princípio da igualdade jurídica, por meio de medidas ou políticas públicas que asseguram determinados segmentos em posição de desigualdades sociais, como: negros, indígenas, mulheres, portadores de deficiência física”.

O que quero dizer com isso é que esse Orçamento de 11 milhões que está contemplado e sendo ventilado pela Secretaria da Promoção da Igualdade Racial é muito pouco em vista da demanda da causa do negro neste estado.

O negro está sempre numa posição de risco social até. Estamos lutando para a implantação com qualidade da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, novidade que o Governo Haddad trouxe para São Paulo. Vemos com bons olhos essa questão. Esse encadeamento, esse compartilhamento com outra Secretaria é determinante e muito importante. Há a questão da violência nas periferias da comunidade negra, que está sendo morta. Esse problema também vai para a Secretaria dos Direitos Humanos.

Recentemente estive numa reunião em Brasília – vocês devem ter visto nos jornais – com a Benedita da Silva, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Frei Davi. Disseram que o auto da resistência que estava sendo votado em Brasília naquele dia era prioridade em relação à violência nas periferias de São Paulo.

Quero pedir para que essa Secretaria da Promoção da Igualdade Racial veja com bons olhos essa questão da violência da juventude negra que está sendo morta nas periferias do nosso estado.

Fica claro que a gente tem que construir uma política com desenvolvimento na democracia, mas com inclusão e igualdade racial. Há a lei das matrizes africanas que a gente precisa consolidar, pois está no inciso do Estatuto da Igualdade Racial. Temos de lutar também pela questão das cotas, que o Governo Alckmin não quer implantar no estado de São Paulo, quer implantar o Pimesp, uma cópia do *college* nos Estados Unidos, que não serve para o

Brasil.

Queremos situações caseiras no nosso País. O Governo não está preocupado com as cotas, deveria adotar um modelo que foi votado pelo STF, Supremo Tribunal Federal. E o Governo do Estado de São Paulo quer nos dar as migalhas. Não enfrenta a questão da segurança de frente e a bandidagem está tomando conta do estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Luciana Temer.

A SRA. LUCIANA TEMER – Muito bem. Vou tentar responder a todos. Começarei pela Elisângela, que fez a questão anteriormente.

Elisângela, não sei exatamente se você tem uma entidade, se você gostaria de cadastrá-la, mas a verdade é que o Conselho Municipal de Assistência Social, o Comas, é responsável pelo controle social de todo o dinheiro gasto pela Secretaria. Determina os requisitos para a inscrição da entidade no mesmo e faz isso com muita responsabilidade e preocupação, porque é dinheiro público que colocamos nas entidades.

O que eu tenho orientado – e entidades fazem parte da política de assistência social desse Governo - é para fortalecer as pequenas entidades, até porque as entidades menores estão nas pontas, onde é preciso maior atendimento. Tanto o Comas sabe e concorda com essa política, como os próprios CRAS e CREAS, nos quais temos dito para que orientem as entidades que buscam essa regulamentação. Você disse que leu muito sobre o Comas.

Na verdade, o que você deve ter lido é sobre a regulamentação do Comas, e isso tem força normativa. Lógico que existem vários impedimentos. Você falou da regularidade dos imóveis. Temos discutido muito com a Secretaria do Desenvolvimento Urbano como é que a gente pode flexibilizar isso. Também sei que a maior dificuldade de buscar imóveis está nas periferias, onde mais precisam de atendimento. Esses são caminhos que estamos procurando flexibilizar, mas para ser uma entidade inscrita no Conselho Municipal e para poder se conveniar com a Secretaria de Assistência Social é preciso que esteja dentro dos parâmetros

estabelecidos pelo Conselho Municipal.

O CNPJ é uma questão de responsabilização e de responsabilidade para que se possa receber e conveniar com a Secretaria de Assistência. Sem isso, é impossível.

A Penha perguntou sobre os moradores de rua e a integração entre as Secretarias. Eu queria dizer o seguinte: é interessante a sua falar e quero me justificar porque eu não estava no evento – tenho que estar em tantos lugares ao mesmo tempo – não é possível estar em todos os lugares, então, a gente acaba priorizando algumas ações próprias da Assistência Social mesmo, mas eu gostaria muito de ter estado naquele momento e, sempre que possível, a gente prestigia ações de outras Secretarias.

O que é interessante na sua fala. Mas há um dilema sério da Assistência Social – o Robson sabe disso, porque temos conversado bastante. Eu achei que sua fala fosse no sentido de que na Praça Dom José Gaspar acabou havendo uma ação da Assistência Social que acabou tirando aquelas barracas de lá, e a sua fala, neste momento, foi no sentido de que foi desconfortável para as pessoas que as barracas estivessem lá e que pudessem ser intimidados pelas pessoas que estavam ocupando, com as barracas, o espaço público. Foi isso o que eu entendi.

Eu havia entendido porque você disse que havia uma preocupação até porque tem usuários de crack e tudo o mais. Então, a Assistência sempre fica nesse dilema do que seja uma ação higienista, de retirada de pessoas.

A ação da Secretaria de Assistência Social nunca tem sido isolada. A gente tem trabalhado em parceria com os Direitos Humanos, aliás a construção da política em situação de rua está sendo feita no comitê que está ligado à Secretaria de Direitos Humanos com participação das demais Secretarias. Então, todas as ações – mesmo essa na Dom José Gaspar – têm sido feita com a Secretaria de Direitos Humanos, pela Assistência Social, pelo encaminhamento para os acolhimentos da Assistência Social, com a Subprefeitura e a Secretaria de Segurança Urbana. Essa é a lógica que a gente tem usado com relação à

população em situação de rua.

Em relação ao CAPES, na verdade, é um equipamento da Saúde, e fica difícil para mim falar sobre ele. O que posso dizer é que temos uma ótima experiência no PATRIS, um equipamento híbrido: CAPES da Saúde e o acolhimento da Assistência Social e o Centro de Convívio para a população em situação de rua e para pessoas que têm problema de rua e para pessoas que têm problemas de drogadição e estão no Caps. Então acho que é uma experiência muito positiva do Caps e acho que deve ser fortalecida na lógica desta gestão.

O Rapper Pirata que é um Educador Social e quero dar um dado: a questão das medidas sócia educativas dos programas me preocupa muito, a gente tem se envolvido bastante com essa questão e acho que precisamos dar um salto de qualidade nessa relação com os jovens que saem da Fundação Casa ou que tenham qualquer outro problema de ato infracional. Acho que é um universo pequeno e do qual temos de dar conta.

Sempre defendi, desde a época da Secretaria da Juventude, quando a Febem era ligada a pasta, que o número de menores infratores é um universo possível e não podemos abrir mão desses meninos. Temos de dar um salto de qualidade nesse tratamento e estamos investindo nisso. A verba para investimento e medida sócio educativa no orçamento deste ano é de 30 milhões, que é maior do que tínhamos no ano passado, mas não acho que a questão seja só de investimento financeiro, mas de capacitação e uma rede de articulação que dê conta desses meninos.

E não é só a entidade que faz o serviço, mas estive no CDHU esta semana, justamente porque eles fazem um trabalho de recepção desses meninos que é um trabalho muito interessante que fui conhecer e pretendo caminhar em parceria com outras empresas que façam esse trabalho. Acho que temos de fortalecer essa rede protetiva.

O Robson me perguntou o orçamento para a população em situação de rua. Robson, por lei a dotação orçamentária para a população em situação de rua é uma dotação específica, então não está no computo geral da Assistência Social. O orçamento para a

população em situação de rua, para 2014, é de R\$ 135.477.504,00. Esse é o orçamento próprio para a população em situação de rua para 2014. Também é um número maior do que foi em 2013.

Menos do que eu gostaria, Robson, porque você sabe que eu tenho buscado investir bastante nessa questão, principalmente na construção de acolhimentos diferenciados. É menos que eu gostaria, mas é mais do que tivemos nesse ano.

Fábio, você está com algumas informações corretas e outras defasadas. A primeira é: não há mais coordenadorias. A primeira coisa que fiz ao chegar à Secretaria foi reordenar a estrutura da Secretaria. Então acabei com a Coordenadoria Geral da Assistência Social e acabei com as cinco coordenadorias regionais, porque como você eu acredito que a referência tem de ser o território das subprefeituras.

Então hoje temos 31 supervisões de Assistência Social que não estão inseridas nas subprefeituras, mas estão referenciadas e trabalhando junto com a ideia do território da subprefeitura e serão 32 no próximo ano porque teremos mais uma subprefeitura. Isso já está concretizado.

Depois os CRAS, como foram escolhidos? Você sabe que no programa de governo do Haddad temos a previsão de 60 CRAS e esta é uma conta que não é aleatória. Há uma conta feita pelo MDS de que número de população tem de ser atendida por cada CRAS. Esses 60 CRAS atendem exatamente o número de vulneráveis no Município de São Paulo. E um CREAS por subprefeitura.

Então, na verdade, estamos obedecendo, primeiro, ao programa de Governo, que é de um CREAS por Subprefeitura - lógico, o ideal seria que tivesse mais, mas isso é o mínimo que a gente pretende entregar - e os 60 CRASs.

Qual o critério para essas 16 novas unidades? Temos o Observatório Social na Secretaria de Assistência que funciona muito bem. Nós distritalizamos a extrema pobreza e a pobreza com base no censo. Por isso, estamos atendendo, em primeiro lugar, esses territórios,

levando em conta um estudo do Observatório Social que entendeu ser prioritário para esse primeiro atendimento. Sim, passou pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Apresentamos todo plano de execução de metas para o próximo ano e foi aprovado por esse conselho.

Em relação à execução orçamentária, Fábio, você tem um dado de agosto e vou dar um de 31 de outubro. Até essa data, nós executamos 92,1% dos recursos do nosso Orçamento. Só não será executado o que estava previsto inicialmente e acabou sendo congelado. Todo o resto, que está disponível como orçamento da Secretaria de Assistência Social, será gasto. Já existe até a previsão dos gastos. Não estou dispensando um centavo do dinheiro que vem para a Assistência Social. Essa é uma questão.

Com relação à questão da Tatiana, de São Miguel Paulista. Preciso entender, exatamente, de que espaço público você está falando. Preciso ver se é um espaço que tem convênio conosco, se não tem convênio, enfim, prometo olhar seu pleito específico, que não diz respeito à questão orçamentária, e darei uma resposta.

Dona Maria do Socorro. A Eletropaulo tem um convênio, um termo de parceria, com a Assistência Social, para cadastramento do Cadastro Único e Bolsa Família, que foi renovado este ano. Então, sim, eles estão autorizados a fazer esses cadastros. Depois eles são repassados para a Assistência Social e nós repassamos para o Ministério do Desenvolvimento Social para inserir as pessoas no Bolsa Família. Esse é um trabalho que vem sendo feito legitimamente pela Eletropaulo. Conheço o Nosso Sonho – Itaquera e sei que as demandas são imensas e, por isso, estão contempladas no Plano de Metas. Há várias ações previstas para a região.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUCIANA TEMER - Para o cadastramento do Bolsa Família?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUCIANA TEMER - Não, é o seguinte. Existem alguns lugares de

cadastro. O CRAS é um deles. Estamos cadastrando naquelas unidades móveis, nas carretas, e o pessoal da Eletropaulo também. Há uma experiência também com os Agentes Comunitários de Saúde. Essas são as pessoas que estão autorizadas a fazer cadastro do Bolsa Família.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. _____ - É, mas nas casa pode. Na Eletropaulo, pode ser nas casas e os Agentes Comunitários de Saúde também podem cadastrar nas casas, sim. Está explicado, é isso.

Depois, Sr. José Roberto, verba para os albergues. O orçamento para os idosos está previsto com uma rubrica específica de R\$ 31,1 milhões para 2014. Vamos, sim, continuar com as parcerias com os albergues, inclusive, com o Lígio Jardim. E a ideia é ampliar parcerias para os albergues. Haverá, então, continuidade desse serviço.

Sr. Roberto Ribeiro, vou deixar para Direitos Humanos e Secretaria da Proteção da Igualdade Racial responderem, pois as perguntas são mais próprias para esses órgãos.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. _____ - Posso pedir licença para me retirar? Pois aquele compromisso da cinco e meia ainda vou.

O SR. JAIR TATTO - Pode, claro. Sra. Secretária, muito obrigada pela paciência e atenção.

Anuncio a presença do Líder do PMDB e membro dessa Comissão de Finanças Vereador Ricardo Nunes, anteriormente num compromisso inadiável e, que, agora, com muito sacrifício e esforço chegou até essa audiência pública.

O SR. _____ - Antes da Secretária sair, gostaria de colocar uma questão só para ficar registrada nas notas taquigráficas.

O SR. JAIR TATTO - Anuncio a presença também do Vereador Andrea Matarazzo que muito nos honra com sua presença nessa audiência.

O SR._____ - Lucena, você está saindo, mas só para ficar registrado, afinal é uma audiência pública.

O Marsilac é a região onde tem o pior IDH da Cidade de São Paulo e é um dos locais onde não temos SASF.

Vejo que estão aparecendo muitos assuntos, mas o tema hoje é o Orçamento. Vocês estão misturando. Estamos discutindo o Orçamento para propor ações para 2014.

Sra. Secretária, só para registrar, sei que está sem tempo. Sei que a senhora tem falado muito com o Vereador Andrea Matarazzo. Na verdade, o Vereador Andrea Matarazzo quem me ligou para dizer: “Você viu aqui a assistência, o orçamento tá caindo”. Para a senhora ver o tanto que as pessoas gostam de ti, até o Vereador Andrea Matarazzo, que é do PSDB, tem essa preocupação.

Desculpe segurá-la, quem está presidindo é o Vereador Jair Tatto, mas é importante colocar isso, enfatizando: pior IDH da Cidade de São Paulo é Marsilac e é um distrito onde não tem o SASF, Secretária. Não temos SASF em Marsilac, no pior IDH de São Paulo.

Se pudéssemos, depois, trabalhar para incluir, seria importante.

A SRA._____ - Tá ótimo, está registrado. Conheço o Marsilac, o CRAS de Marsilac. Lá é área rural e temos de buscar mesmo onde as pessoas estão.

Vamos pensar num conveniamento de SASF lá para Marsilac, me comprometo.

O SR. PRESIDENTE (JAIR TATTO) - Passo a palavra para o Sr. Fábio e para o Vereador Andrea Matarazzo, que muito nos honra com sua presença.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Gostaria apenas de dizer que, realmente, me chamou a atenção na proposta orçamentária uma redução de cerca de quarenta e poucos por cento do Orçamento de 2014.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Quarenta em dois? Então 42% em relação ao ano

passado, de 2013.

Vereador, até mais do que eu, o senhor e os demais Vereadores, em função da região que conhecem, sabem as carências que a Cidade tem hoje e o quanto são importantes os programas de assistência social na zona Sul. Nem vamos relatá-los, pois sabemos a tragédia que aquela população vive, assim como parte da zona Norte e parte da zona Leste.

Acho que tínhamos de fazer um esforço sobrehumano de ver da onde conseguiremos recursos – em outras pastas ou nos excedentes de arrecadação – que sempre acabam acontecendo. Por exemplo, o IPTU deste ano, 2014, deve ser de 200 milhões a mais do que está previsto. Todo ano, aliás, historicamente, acaba acontecendo isso.

Quer dizer, temos de verificar onde, historicamente, se tem verbas que acabam excedendo o previsto, ou secretárias que também, historicamente, não conseguem executar seu orçamento na totalidade para recuperar - não é nem manter o orçamento como o do ano passado - mas incrementar o orçamento da Assistência Social para os diversos programas que sabemos serem vitais para a Cidade.

Só na população da rua, sabemos que só na Cidade de São Paulo, hoje, tem cerca de 15 mil pessoas. Então há necessidade de: albergues, programas de porta de saída, de programas de capacitação, programas de assistência psicológica. Aliás, alguns eu até vi e acho que a Adriana Palheta deve saber como se chamavam aqueles programas das senhoras que vão falar com as famílias.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Proasf. É importantíssimo pelo drama que vivem as famílias. Um programa importante e muito bem feito.

Faço um apelo e um apelo a todas as Bancadas e a todas as Pastas no sentido de recuperarmos não só o do ano passado, mas incrementarmos os próximos.

Sabemos que tem, historicamente, Pastas que não conseguem executar seu orçamento todo. E, historicamente também, há receitas que acabam superando aquilo que se

imagina.

Por exemplo, Vereador Jair Tatto, o IPTU esse ano – não falo nem da polêmica do reajuste – deve ter cerca de 200 milhões a mais do que o previsto. Em exercícios anteriores sempre aconteceu isso. Portanto, tem algumas contas que poderíamos analisar para tentar recuperar uma Pasta que entendo, hoje, ser muito importante numa cidade como São Paulo, onde todo mundo gosta de falar que é contemporânea e moderna. Mas acha isso quem conhece da avenida Paulista até a Faria Lima; e da Nove de Julho até a Rebouças; pois a periferia de São Paulo vive em estado cubano, senão, posso dizer até africano. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Andrea Matarazzo.

Último inscrito para o tema Igualdade Racial e Direitos Humanos é o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Jair Tatto que está presidindo a sessão. Saúdo os Srs. Vereadores Ricardo Nunes e Andrea Matarazzo, bem como as Secretárias, Adjunta Adriana e Larissa.

Antes de começar a abordar esses dois temas importantes, sociais, gostaria de falar um alerta aos membros da Comissão. Peço atenção, Srs. Vereadores.

As Secretarias de Educação, a Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, Secretaria das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida e a Secretaria das Mulheres não mandaram representantes hoje.

Portanto, é urgente remarcar as audiências dessas três importantes secretarias: Educação, Política para as Mulheres, Tecnologia e Pessoas com Deficiência. Solicitamos uma nova data para essas três audiências, com máxima urgência.

Indo para as secretarias. Vimos quatro secretários presentes: Esporte, Trabalho, Cultura e Assistência Social. E não vimos o Secretário Netinho de Paula que é membro desta Casa, inclusive, e o Secretário Rogério Sottili dos Direitos Humanos.

Gostaria de saber porquê não vieram e qual a justificativa para ausência, sendo que essa audiência anual, infelizmente, seria, especificamente, com o secretário titular da Pasta.

Queremos saber porquê estão ausentes.

Secretaria de Direitos Humanos: é necessário ler uma denúncia gravíssima sobre esse tema. Atividades do Grande Conselho Municipal do Idoso e com denúncia da exclusão - como bem falou a conselheira Dona Socorro – do Fundo Municipal do Idoso da Peça Orçamentária anual para 2014.

Portanto, tem um fundo na Cidade, mas esse fundo ficou excluído do Orçamento. O Funcad está no Orçamento. O Fundo da Assistência Social a Secretaria apresentou e está no Orçamento e o Fundo do Idoso, que é a Lei 15.669/12, está fora do Orçamento. Sempla, com seus péssimos trabalhos, não mandou o Fundo do Idoso, nem para o PTA, nem para o Orçamento. Será que vão condenar os idosos ao ostracismo até 2017? Isso não vai ser corrigido?

Portanto, foi descumprida a lei que falei e repudio a atitude absurda da Secretaria de Planejamento e da de Direitos Humanos que não colocaram esse fundo no Orçamento, nem no PPA. Fato grave que comprova a tese de que os Conselhos Municipais não foram consultados, nem convidados para a discussão da LDO e PPA. Certamente, se fosse ouvido o grande conselho do idoso, o fundo municipal teria de estar obrigatoriamente no Orçamento porque é uma lei municipal aprovada pelos Vereadores. Exigimos que a lei seja colocada no Orçamento e no PPA.

A Secretaria de Participação e Parcerias, o Orçamento desse ano é de 104 milhões. A Secretaria dos Direitos Humanos, seu Orçamento para 2014 a proposta é de 61.7, considerando a Secretaria de Mulheres, 13.4; Secretaria da população negra, 11, chegamos a 85,1 milhões. Está mesmo assim quase 20 milhões abaixo da proposta aprovada no ano passado. Realmente, houve uma redução para a dotação em direitos humanos. É um fato grave e diferentemente da campanha eleitoral onde foram prometidas prioridades, no Orçamento não mostra isso.

A questão da primeira Peça no Plano de Metas, colocar operação delegada e

nenhum centavo para o idoso, mostra a gravidade da gestão Haddad, especialmente no que diz respeito ao idoso. Que é um segmento de grande sabedoria para São Paulo.

Outro fato piadístico, foi mostra verba de 200 mil reais para ação dos conselhos da Secretaria, quer dizer, 200 dividido por 10, são 20 mil reais para cada conselho, dividido por 12, são mil e cem reais para cada conselho no ano que vem mensalmente. Virou piada a questão dos conselhos em São Paulo. É uma ofensa esses dados pífios, ridículos e os segmentos deviam lotar essa plenária para mostrar que estão indignados com essa ofensa. Já não fazem orçamento participativo, que a lei manda fazer, ainda ofendem os segmentos. Isso é muito sério e não prestam conta da verba apresentada.

Para terminar queria perguntar do Funcad, a verba para esse ano de 2013, 100 milhões de reais, foram utilizados nem 20 milhões, quer dizer, 16% da verba utilizada até agosto desse ano. Na gestão do Secretário Natalini foi o pior uso da verba do Funcad. Em 2013 não vai ser tão ruim, mas para uma gestão democrática, deve ser a pior da história. Porque está se investindo tão pouco num segmento tão importante? Aproveito para perguntar se vão aumentar os conselhos tutelares? E pergunto para a Secretária Adriana: foi com espanto que observamos na página 196 do PPA que as demandas do Programa Juventude Vida, aí entra a questão de racismo, programas importantes, estão sob órgão responsável, não a Secretaria de Direitos Humanos, nem da população negra, Secretaria de Segurança Urbana. Será que o caso da juventude virou caso de polícia? Vamos mudar isso daí, é uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O tema da Secretaria de Educação, Fundação Paulistana, Educação e Tecnologia, Secretaria Pessoa com Deficiência, Secretaria de Política para as Mulheres, que foram prejudicadas por ausências justificadas, vamos introduzir nas 3 próximas audiências públicas.

Tem a palavra a Sra. Adriana Palheta, Chefe de Gabinete da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

A SRA. ADRIANA PALHETA – Justifico a ausência do Secretário, que está na

África, representando Prefeito e a Secretária Ajunta Matilde está indo para Terceira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, representar o Secretário.

Somos uma Secretaria nova, e ficamos menores do que o desejo e expectativa de uma Secretaria, mas é uma questão de ajuste. Tão logo consigamos ter um planejamento matricial, conseguiremos enxergar como se dá a questão da igualdade no município. Não somos uma Secretaria de Execução, temos apenas um serviço e o nosso planejamento é aumentar. Temos um centro de referência que funciona de forma tímida e insipiente e estamos num processo de reordenamento desse serviço.

Embora não sejamos exclusivos da população negra, mas falamos de um contingente de quase 3,5 milhões de habitantes, a nossa intenção é atingirmos 8 macro regiões, ampliando as ações e capilarizando 8 subsecretarias. Para apoio e suportes às vítimas de racismo é necessário que se entenda que a política de igualdade racial exige um processo transversal para além do gabinete, mas de forma regionalizada. Nossa intenção é sim atingir as oito regiões.

Esperamos que a Casa olhe com carinho e atenção para nós. Em relação à violência contra a juventude, somos uma Secretaria nova, o nosso código é o 39 e estão previstas ações específicas do Juventude Viva. Pode ter havido algum ajuste. Há ações, claro, específicas para cada uma das Secretarias. A própria Segurança Urbana tem as suas ações específicas. Se você entrar na página do nosso orçamento, verá que o cruzamento entre nós, SMPIR, e Direitos Humanos – que são cogestores do programa - soma cerca de 8,8 milhões.

Em relação aos outros desafios das ações afirmativas, é uma Secretaria nova, sim. Sabemos que a Cone tem 20 anos. No entanto, no que diz respeito ao processo de discussão de cotas, o debate sobre a questão da inclusão e os novos indicadores, estamos construindo, sim, de forma muito parceira com as Secretarias. Porque, claro, não adianta a gente baixar o quesito cor por decreto. É necessário que se construa e se rompa, sim, o racismo institucional que acabou de certa forma entremeando a burocracia. Estamos nesse processo de construção.

A gente espera que com o Observatório e um sistema de informação com foco na promoção da igualdade racial, a gente consiga qualificar inclusive nosso diálogo no que diz respeito aos indicadores. É preciso que saibamos exatamente de qual percentual e do que estamos falando. A área técnica da saúde da população negra, por exemplo, é uma área que já tem histórico, já tem trabalho desde 2003, é uma área relativamente antiga. A mesma coisa para a população indígena. O que agora a Promoção da Igualdade Racial deve fazer é um processo de articulação e integração da política, porque os cidadãos não são fragmentados nem pela metade, eles são integrais. Portanto, falar de igualdade racial exige ações afirmações, sim, mas ações estruturais também. Nós não podemos abrir mão, em nenhum momento, do processo transversal.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Sra. Adriana Palheta. Tem a palavra o nobre Vereador Andrea Matarazzo.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Quero apenas cumprimentar a Sra. Adriana Palheta, uma das mais brilhantes executivas da área social com quem eu já trabalhei tempos atrás. Corajosa e, como poucas pessoas, conhece efetivamente o assunto e sabe executar o orçamento, sabe gastar dinheiro, o que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Larissa Beltramim.

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Obrigada. Vou responder as questões na ordem em que foram apresentadas.

Em relação à mobilização das entidades, toda a elaboração do nosso orçamento contou também com a mobilização feita diretamente pelo Executivo no âmbito das audiências públicas para o Programa de Metas, tanto na primeira etapa como na segunda. Foram 35 na primeira, 35 na segunda e agora, em novembro, há a terceira rodada, quando o orçamento será apresentado meta por meta. Além disso, os diálogos sociais que também foram realizados desde o início do ano. Esta audiência pública que acontece aqui na Câmara Municipal entra no escopo do conjunto dos diversos encontros feitos ao longo do ano nessa elaboração.

Em relação à pergunta feita pelo Robson faz em relação ao orçamento para população de rua, a Secretária Luciana Temer apontou especificamente o orçamento da assistência social. É importante dizer que o conjunto de metas para a população em situação de rua no orçamento contempla, além das ações e do orçamento na Secretaria de Direitos Humanos: o orçamento específico das 4 mil vagas no Pronatec, que entra no orçamento da Secretaria de Trabalho; as 2 mil unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida, que entram no orçamento do Minha Casa Minha Vida; os 5 centros de referência especializados para população em situação de rua, que entram na assistência social, assim com os 22 novos centros de acolhida, que estão no orçamento que a Luciana já apontou; a implantação de 2 novos restaurantes comunitários, também por SMADS; e os 16 unidades de Consultórios na Rua, pela Secretaria de Saúde. Além disso, a articulação dos protocolos de abordagem da GCM; o protocolo de atendimento do SAMU, que são ações não orçamentárias; e os projetos especiais, campanhas de mobilização pela garantia dos direitos da população em situação de rua – que, aí sim, entram no orçamento da Secretaria.

E qual o porquê do monumento? A gente trata sempre do tema da garantia dos direitos humanos do ponto de vista da proteção e da garantia dos direitos, mas também da promoção dos direitos e da visibilidade para a nossa pauta. Então, assim como é importante a gente trabalhar em torno dos monumentos no tema do direito à memória e à verdade – e lembro que estão previstos também no orçamento a constituição do memorial no Cemitério de Perus, Vila Formosa, Araçá e o memorial do Ibirapuera -, tratar de cultura e de direitos humanos significa também uma série de ações de homenagens e de mobilização da Cidade para contar a história das violações e empreender a mobilização em torno da promoção dos direitos. Então, a razão de ser desse movimento Pop Rua é que precisamos demarcar na Praça da Sé que há 9 anos a população de rua foi massacrada. Em 2004, tivemos um massacre da população em situação de rua, e essa é uma forma de a história não ser esquecida.

Defendemos como política de direitos humanos toda a ocupação do espaço público pela cidadania, que significa revitalizar os espaços, promover os direitos e também contar a história das diversas formas de mobilização da sociedade como um todo em prol da não discriminação e da garantia dos direitos.

Nesse sentido, eu também gostaria de justificar a ausência do nosso Secretário. Para todos que viram as notícias pelos jornais, a parte dos restos mortais do Cemitério do Araçá foi violada. Por isso, o Secretário está tomando uma série de providências junto à Comissão Nacional da Verdade e à Polícia Federal para que consigamos investigar o que aconteceu. Esse é um tema que está desde ontem mobilizando o Secretário, que esteve lá ontem no cemitério e está até agora fazendo essa mobilização com toda a rede da garantia do direito à memória e à verdade não só em âmbito nacional como também na cidade de São Paulo, junto ao Serviço Funerário, para tentar esclarecer o que ocorreu.

Em relação ao Fundo do Idoso, nós trabalhamos inicialmente com uma meta específica. É uma lei cuja regulamentação estamos trabalhando por meio de um decreto. Por que não aparece no orçamento? Porque não há previsão de captação de recursos neste ano e a partir do ano que vem para o funcionamento do fundo. Assim como o Fumcad, esse fundo do idoso precisa passar por diversas etapas de constituição. Há a lei; há necessidade de se fazer o decreto; precisa se fazer a portaria; precisa ser criado um sistema por onde serão feitas as doações, a captação dos recursos, e esses recursos todos são recursos de administração da pasta, de reestruturação de um fundo. Portanto, não haveria como prever, por exemplo, 80 milhões para o ano que vem se o fundo ainda não foi implementado. Então, ele está em fase tanto de regulamentação como de operacionalização. Provavelmente já para orçamento de 2015 já deva haver. No caso de essas ações ocorrerem ao longo do ano que vem, todo orçamento é possível de ser suplementado. Então, na medida do possível, conforme for necessário, se eventualmente a captação puder ocorrer a partir do ano que vem, isso é possível ser corrigido na peça orçamentária por revisões normativas.

O que é importante dizer? Alguém falou que o Fumcad tem só 87 milhões ou que a execução está baixa. a captação na série histórica é alta; o Fumcad tem em caixa 200 milhões daquilo que não foi investido nos últimos anos; o máximo da execução do Fumcad nos últimos anos foi de 40 milhões no ano, e essa é uma execução que também consideramos baixa; mas neste ano, mais do que trabalhar a execução de recursos, tivemos que trabalhar toda uma organização do passivo do Fumcad, uma organização de informações, revisão de procedimentos para apoiar projetos, com muitos problemas que ainda estão sendo administrados; e a execução do nosso primeiro ano de gestão será maior do que o último ano da gestão anterior, com certeza.

Então, a previsão de executar vai ser acima dos 45 milhões este ano, e os editais de 2010, de 2011, de 2012 e de 2013 estão em fase de aprovação dos projetos com o plano de investimento para os próximos anos, que também vão não só aumentar a captação, mas melhorar a eficiência na gestão do Fumcad nesse volume de recursos, que não é de pequena monta e está sendo acompanhado pela Junta Orçamentária e Financeira da Prefeitura, pela CMDCA e pelas entidades proponentes dos projetos.

No caso do Fumcad, o problema é o contrário, não é a falta de recursos, mas a aplicação em projetos nas localidades territorialmente onde a Cidade precisa. Não temos projetos apoiados onde as crianças e adolescentes da Cidade mais precisam. O que temos, ao longo dos últimos anos, é uma aplicação de projetos sem ter diretrizes, com base em estatísticas e em dados de onde estão os territórios mais vulneráveis da Cidade. E é isso que estamos corrigindo nesse curso.

Então, para que o Fundo do Idoso não entre na mesma lógica desde o início, precisamos estruturar muito bem, com muita responsabilidade e colocar a previsão de orçamento apenas quando conseguirmos ter estrutura e para um funcionamento onde realmente as doações de dedução fiscal sejam aplicadas com transparência e com responsabilidade. É essa a razão de não haver um orçamento específico para o Fundo do

Idoso.

Outra questão é sobre a Secretaria de Idosos. No nosso programa de governo, o Prefeito Haddad se comprometeu com as novas Secretarias, que já foram criadas, mas há uma demanda nova, que foi entregue à Secretaria de Relações Governamentais, e uma audiência diretamente com o Sr. Prefeito sobre a criação de uma nova Secretaria, que é uma demanda que está em análise, mas não é uma perspectiva de tratar da Secretaria do Idoso para fins orçamentários para o ano que vem.

Estamos, então, trabalhando com a coordenação de políticas para idosos, vinculadas à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. A Coordenadoria está em funcionamento. Ela estava muito vinculada ao equipamento do polo do idoso e agora está retomando a atividade de articular a política de idosos a partir das metas que foram aprovadas no Plano de Metas.

Isso é bem importante, porque estamos discutindo o orçamento, mas o orçamento apresentado aqui não tem nada a ver com a estrutura que existe, a partir da qual estamos trabalhando a execução orçamentária para o ano que vem.

Em relação ao auto de resistência, foi abordada a situação do projeto no Congresso Nacional, que tem relação com o Juventude Viva. A Secretaria de Direitos Humanos, juntamente com a Seppir, mobilizou a comitiva dos artistas que foi para Brasília na semana retrasada para conseguirmos de acelerar o auto de resistência, fundamental para conseguirmos tratar do extermínio da juventude negra nas periferias de uma forma mais completa. Isso está em andamento.

Sobre a comparação com o orçamento da antiga SMPP e a atual Secretaria, a Adriana falou que o orçamento não tem uma série histórica porque a Secretaria é nova. Na nossa Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, vale o mesmo exercício: apesar de o orçamento ter ficado mais ou menos na mesma casa decimal, em torno de 60 milhões, precisamos contar os 104 milhões de 2013, considerando que, desses 100, 60 milhões são de

telecentros, que foram para a Secretaria de Serviços. Isso significa que a Secretaria de Direitos Humanos trabalha, este ano, com 40 milhões.

Uma parte desse orçamento era da Cone ou então da coordenação da Políticas para as Mulheres. Isso significa que uma parte desses 40 milhões também já não era da Secretaria de Direitos Humanos. O que sobrou foi o que ficou com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania na execução de 2013.

Então, o que estamos tratando deste ano – e a nossa execução orçamentária já está em 85% do orçamento de 2013 e vamos executar tudo até o fim do ano – não pode ter a mesma base referencial da antiga estrutura, porque não tem correspondência. Agora, para os 61 milhões, a proposta orçamentária para o ano que vem já é de acordo com a nova estrutura.

Lógico que não adianta falar se o orçamento é suficiente ou não, porque nunca é o suficiente para os desafios e para as necessidades que a Cidade tem para a implementação da política. Agora, é o orçamento que a Secretaria diretamente tem para, juntamente com as outras Secretarias, nos orçamentos que também são aplicados nas nossas temáticas, conseguir avançar. Acho que, para avançar na pauta dos direitos humanos e cidadania na cidade de São Paulo, temos que estar com uma condição para os pontapés iniciais.

Agora, o orçamento nunca dá conta de daquilo que é necessário. Sabemos disso pela situação financeira também da própria Prefeitura, que é sempre escassa em orçamento, em pessoal e nos próprios limites que a máquina tem para operar sua execução. Mas o mais importante é conseguirmos ter um orçamento articulado.

Acho que o resultado da elaboração orçamentária na qual conseguimos avançar juntamente com a Sempla e com a Secretaria de Governo é que temos um orçamento estruturado para aquelas temáticas para as quais a Secretaria passou a ser responsável com a reforma administrativa a fim de colocar o conjunto do programa de metas rodando, sabendo que temos a intenção e o trabalho de ter um orçamento crescente.

Porém, mais do que um orçamento crescente, uma política estruturada e garantida

de direitos humanos com políticas públicas estruturantes na Cidade. Para tanto, é o orçamento que sempre pode ser suplementado com outras fontes. Vamos trabalhar arduamente para isso, e aqui na Câmara há a possibilidade de investir cada vez mais nos recursos que vêm do Governo Federal. Na Secretaria, não tínhamos fontes de recursos e convênios com o Governo Federal. Só este ano, no entanto, já conseguimos cinco novos convênios para recursos para este ano e para o ano que vem.

Então, conseguimos ir atrás de outras fontes de captação privada e com as estatais para conseguir desenvolver os projetos. Acho que essa é uma forma de a militância do tema sempre ir atrás de mais recursos.

A Operação Delegada saiu do Programa de Metas e é importante posicionar que ela saiu da segunda rodada das audiências públicas. Os idosos também entraram no Programa de Metas. Quando falamos no orçamento, na pauta de direitos humanos, tendemos a lamentar o que não conseguimos, mas é importante olhar para frente, pois é um orçamento e uma política que está em construção e com uma estruturação muito positiva.

Não adianta nada lamentarmos que os idosos não estavam inseridos na primeira etapa do Plano de Metas sem encarar que foi uma conquista da sociedade civil, dos movimentos sociais e da nossa elaboração de governo por ter conseguido articular, juntamente com a Secretaria de Saúde, com a Secretaria de Assistência Social e com a Secretaria de Planejamento, os recursos para fazer os centros-dia e os ILPIs. Se não fossem as audiências públicas, talvez isso não teria entrado no orçamento. Então, é uma conquista.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Nós também queremos, Dona Maria do Socorro, e vamos trabalhar para isso, esta é a posição do Governo. A política do idoso não está estruturada na Prefeitura. A Coordenação de Políticas para Idosos está trabalhando primeiro o levantamento com a Secretaria sobre o que existe na área de idosos, pois simplesmente não há registro das ações. Por isso é importante olharmos para frente, para como as coisas estão

sendo feitas.

Vamos dizer que ter um conjunto de metas no objetivo do Programa de Metas não é pouca coisa, mas também não é o suficiente.

Sobre o Funcad, já respondi. Serão 2 milhões em 2013. Essa é mais ou menos a média das previsões orçamentárias dos últimos anos. Ela vem tendo uma alta capitação e uma baixa execução nos últimos anos, mas isso será corrigido.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Uma pergunta. Quanto o Funcad gastou em 2012?

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Em 2012, a execução foi de 43 milhões.

P – E em 2013?

R – Em 2013, estamos com a execução em 29 milhões, e agora os projetos estão sendo avaliados para chegarmos de 45 a 50 milhões.

P – E quanto há no Fundo?

R – Há 200 milhões em caixa, A capitação histórica é alta, mas vem tendo uma baixa execução nos últimos anos.

P – Pois é, mas dá para melhorar a capitação também.

R – A capitação dá para melhorar. Já há projetos estruturantes sendo delineados. Nunca houve um plano estruturado de investimentos dos recursos do Funcad. Uma das políticas prioritárias é para a primeira infância. O Funcad é tratado em relação à política de creches. Para tanto, o Sr. Prefeito está direto e juntamente com a Secretaria de Governo, trabalhando um projeto especial em relação ao déficit de creches na Cidade.

Assim como há a política da criança e adolescente em relação ao enfrentamento da exploração sexual, em relação às crianças e adolescentes em situação de rua e o Juventude Viva, que engloba uma faixa etária entre adolescentes e jovens para a qual precisamos olhar como projetos especiais via Funcad. Esse também é um tema muito importante.

Conselhos Tutelares. Juntamente com a Comissão Permanente de Conselho

Tutelar e com a Associação dos Ex-Conselheiros, temos trabalhado o seguinte na gestão: mais do que aumentar o número de Conselhos Tutelares, temos que garantir infraestrutura adequada para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, um programa de capacitação sério e permanente, o que é uma demanda principal, e os direitos sociais dos conselheiros tutelares, cujo substitutivo ao projeto de lei, de autoria do Vereador José Américo, o Sr. Prefeito encaminhou na semana retrasada a fim de garantirmos os direitos básicos e trabalhistas para as pessoas que compõem essa rede.

Numa segunda etapa, temos que pensar num aumento. Isso foi feito com muito diálogo e muita participação dos próprios conselheiros tutelares. Não significa necessariamente aumentar o número de pessoas, mas qualificar o trabalho e fortalecer a rede, porque o conselheiro tutelar é quem primeiro tem contato com a família e com a criança que está em situação de violação.

Essa é uma agenda prioritária para o nosso Governo, e o orçamento está garantido na sua parte de manutenção. Estamos passando por uma transição agora para ter, no âmbito da coordenação de criança e adolescente, uma diretriz, juntamente com a Secretaria de Subprefeituras, para os 55 Conselhos Tutelares funcionarem melhor. Melhor funcionamento não significa mais recursos, significa melhor gestão dos recursos e um programa de qualificação permanente.

Sobre o Juventude Viva, está incorreta a informação. O órgão responsável pelo Juventude Viva é a Secretaria de Direitos Humanos e a Seppir. Direitos Humanos e Igualdade Racial estão lado a lado, pois o Juventude Viva é uma questão etária e também racial da juventude. Na classificação que foi feita no PPA, consta do conjunto de outras ações de prevenção da violência territorializada. É um programa, mas o Juventude viva está dentro. A Secretaria de Segurança Urbana tem ação no Juventude Viva, mas ela não coordena. Se estiver como órgão responsável, precisamos corrigir.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Não é pelo Juventude Viva. A Secretaria de Segurança Urbana é responsável pelo programa de prevenção da violência no território. É só uma questão de organizar o PPA, pois isso é uma divisão político-gerencial.

Agora, o programa é de responsabilidade das nossas duas Secretarias, com mais 11, vale dizer: são mais 13 Secretarias da Prefeitura que compõem o Juventude Viva, cujo lançamento foi semana passada, um belo evento no CEU Casablanca, um recurso que prevê, para os próximos anos, 153 milhões só da Prefeitura, mais os recursos do Governo Federal, que, com certeza, fará com que consigamos reverter esse cenário de violência que criminaliza a juventude pobre e negra da Cidade.

Já que estamos na Câmara Municipal, é fundamental dizer da importância de ter o orçamento cada vez mais estruturado e reforçar que o orçamento da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania não é só da Secretaria. Então, é muito importante que consigamos articular os orçamentos das Secretarias, do conjunto do Governo, para uma pauta comum na Cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Não havendo mais nada a ser tratado, declaro encerrada esta audiência pública.

